



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 2.375, 31 de janeiro de 2023.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR
Procurador-Geral de Justiça

SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA
Vice-Procuradora-Geral de Justiça Jurídico-Administrativa

ANTÔNIO MARCOS DEZAN
Vice-Procurador-Geral de Justiça Institucional

LIBANIO ALVES RODRIGUES
Ouvidor

NELSON FARACO DE FREITAS
Corregedor-Geral

NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO
Secretário-Geral



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 68, DE 25 DE JANEIRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo SEI nº 19.04.4343.0002817/2023-81,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora ANA LUÍSA JORGE MARCONDES, Analista do MPU/Direito, matrícula 3609, para continuar ocupando, no Senado Federal, o cargo em comissão de Assistente Parlamentar Intermediário, AP-10, na Diretoria-Geral, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 3 de novembro de 2022, com fulcro no art. 93, I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I, §§ 1º, 2º e 5º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. A servidora deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112/90.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 16:29, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0130056** e o código CRC **84F4C818**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 74, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

Designa o Promotor de Justiça adjunto TIAGO DIAS MAIA para atuar, a partir de 1º de fevereiro de 2023, no Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos – Ncyber, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003633/2023-46,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Promotor de Justiça adjunto TIAGO DIAS MAIA para atuar, a partir de 1º de fevereiro de 2023, no Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos – Ncyber, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Art. 2º Dispensar, a partir de 1º de fevereiro de 2023, a Promotora de Justiça adjunta STÉPHANY NELLY LOBATO da designação para atuar junto ao Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos – Ncyber, disposta na Portaria PGJ nº 129, de 5 de março de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 15:07, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131913** e o código CRC **FC5E5F3A**.

19.04.3756.0003633/2023-46



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 75, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

Lota, a pedido singular, a contar de 9 de janeiro de 2023, Promotores de Justiça adjuntos da carreira do MPDFT em Promotorias de Justiça de Apoio Operacionais.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO que no Aviso de Remoção Global de Promotoria nº 3, de 24 de novembro de 2022 (Processo SEI nº 19.04.3146.0010413/2022-60), não houve candidatos interessados na remoção para as 6ª, 7ª, 10ª, 27ª, 31ª, 50ª, 52ª, 53ª, 54ª, 55ª, 56ª, 57ª, 58ª e 59ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacionais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014 (Lei de Ofícios), determinou a existência de ofícios em número correspondente ao de cargos de membros em todos os níveis das carreiras;

CONSIDERANDO o disposto no art. 212, § 2º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003625/2023-68,

RESOLVE:

Art. 1º Lotar, a pedido singular, a contar de 9 de janeiro de 2023:

I – o Promotor de Justiça adjunto MARCO TÚLIO DO PRADO E PAULO na 27ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

II – o Promotor de Justiça adjunto RODRIGO MAYER MELEO na 10ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

III – a Promotora de Justiça adjunta NICOLE LOPES DE ASSIS na 7ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

IV – a Promotora de Justiça adjunta KAMILLA CAMPOS ALLÃO na 31ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

V – o Promotor de Justiça adjunto MARCELLO SCHWARTZMAN na 6ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

VI – a Promotora de Justiça adjunta BRENDA AISSA MARTINS HENRIQUE na 50ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

VII – o Promotor de Justiça adjunto PEDRO MENDES LUNA na 59ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

VIII – a Promotora de Justiça adjunta MARIA AUGUSTA MARQUES DE ALMEIDA XAVIER DANTAS na 58ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

IX – o Promotor de Justiça adjunto LUCAS VILELA DE FRANÇA FREITAS na 52ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

X – o Promotor de Justiça adjunto BRUNO BARBOSA MATIAS na 57ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XI – a Promotora de Justiça adjunta ALYNE LIMA DE MESQUITA na 54ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XII – o Promotor de Justiça adjunto VINÍCIUS ALMEIDA BERTAIA na 55ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XIII – a Promotora de Justiça adjunta LIA ALMEIDA OLIVEIRA SARAIVA na 53ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XIV – o Promotor de Justiça adjunto DANILO MARTINI DE MORAES PONCIANO DE PAULA na 56ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 15:07, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131983** e o código CRC **66B9A38A**.

19.04.3756.0003625/2023-68



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 76, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, em razão da alteração de estrutura implementada pela Portaria Normativa PGJ nº 874, de 25 de janeiro de 2023, válida a contar de 1º de fevereiro de 2023,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.5940.0002423/2023-53,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 1º de fevereiro de 2023, o servidor IGOR NEGREIROS JANOT, matrícula 3650-1, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Procuradoria da 18ª Procuradoria de Justiça Criminal, código CC-04 (60010137), exonerando-o, em consequência, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Procuradoria da 15ª Procuradoria de Justiça Criminal, código CC-04 (60010131).

Art. 2º Designar, a contar de 1º de fevereiro de 2023, a servidora CAROLLYNE RIBEIRO DE ATAIDES, matrícula 3058-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Jurídico I da 18ª Procuradoria de Justiça Criminal, código FC-02 (60010138), dispensando-a, em consequência, da função de confiança de Assistente Jurídico I da Chefia de Gabinete da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (66001012).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 15:06, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0132064** e o código CRC **B94682AD**.

19.04.5940.0002423/2023-53



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 78, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.1977.0003407/2023-47,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar de 1º de fevereiro de 2023, o servidor THIAGO LOPES CALIL, matrícula 4385-1, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Jurídico I da 2ª Procuradoria de Justiça Criminal Especializada, código FC-02 (60010059), dispensando, em consequência, a servidora ANDRESA CHAGAS DE AZEVEDO, matrícula 3570-0.

Art. 2º Designar, a contar de 1º de fevereiro de 2023, o servidor THIAGO LOPES CALIL, matrícula 4385-1, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da 2ª Procuradoria de Justiça Criminal Especializada, código CC-04 (60010123), dispensando, em consequência, a servidora ANDRESA CHAGAS DE AZEVEDO, matrícula 3570-0.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 30/01/2023, às 14:51, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0132286** e o código CRC **DE47914C**.

19.04.1977.0003407/2023-47



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 79, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

Desonera a 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Planaltina, em relação aos feitos judiciais e audiências, na proporção de 50% da carga de trabalho.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 159, XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGR/MPU nº 88, de 10 de novembro de 2021, que altera o Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 26 de setembro de 2014;

CONSIDERANDO a implantação da Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003212/2023-64,

RESOLVE:

Art. 1º Desonerar a 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Planaltina, em relação aos feitos judiciais e audiências, na proporção de 50% da carga de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2023.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 14:51, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0132318** e o código CRC **33493EFF**.

19.04.3756.0003212/2023-64



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 80, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa Promotores de Justiça integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade da carreira do MPDFT para atuarem em ofícios ministeriais.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o resultado do Aviso de Convocação para Atuação em Procuradoria de Justiça nº 1, de 18 de janeiro de 2023; e

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003299/2023-43,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Promotora de Justiça SANDRA ALCIONE SOUZA DE ALBUQUERQUE para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Procuradoria de Justiça Criminal do Distrito Federal.

Art. 2º Designar a Promotora de Justiça LEONORA BRANDÃO MASCARENHAS PASSOS PINHEIRO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Procuradoria de Justiça Cível do Distrito Federal.

Art. 3º Designar o Promotor de Justiça TRAJANO SOUSA DE MELO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 9ª Procuradoria de Justiça Criminal do Distrito Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 18:34, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133186** e o código CRC **96C3C6D5**.

19.04.3756.0003299/2023-43



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 81, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para atuarem em substituição simples em cargos ministeriais.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o resultado do Aviso de Substituição Simples de Promotoria nº 2, de 25 de janeiro de 2023, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0003840/2023-83,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Promotor de Justiça adjunto LUCAS ULHOA SANTOS para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 22 de junho de 2023, na 3ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri de Águas Claras.

Art. 2º Designar a Promotora de Justiça adjunta ANNA CAROLINA SILVA para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Águas Claras.

Art. 3º Designar a Promotora de Justiça adjunta KAMILLA CAMPOS ALLÃO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 9ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília.

Art. 4º Designar o Promotor de Justiça adjunto MARCELLO SCHWARTZMAN para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2023, na 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Ceilândia.

Art. 5º Designar o Promotor de Justiça adjunto VINÍCIUS ALMEIDA BERTAIA para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 19 de maio de 2023, na 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Distrito Federal.

Art. 6º Designar o Promotor de Justiça adjunto MARCO TÚLIO DO PRADO E PAULO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Guará.

Art. 7º Designar o Promotor de Justiça adjunto PEDRO MENDES LUNA para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 31 de julho de 2023, na 3ª Promotoria de Justiça Criminal do Paranoá.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 18:37, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133190** e o código CRC **47B8DB66**.

19.04.3756.0003840/2023-83



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 106, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa o Procurador de Justiça JOSÉ EDUARDO SABO PAES para officiar em Sessão do Conselho Especial do TJDFT, no dia 31 de janeiro de 2023, no Mandado de Segurança nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

O PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0004037/2023-02,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Procurador de Justiça JOSÉ EDUARDO SABO PAES para officiar na Sessão do Conselho Especial do TJDFT, no dia 31 de janeiro de 2023, nos autos do Agravo do Mandado de Segurança e Instrumento Nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nada data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 18:33, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0134405** e o código CRC **AE2A3E64**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 108, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa a Procuradora de Justiça **MARCIA MILHOMENS SIROTHEAU CORREA** para officiar em Sessão do Conselho Especial do TJDFT, em 31 de janeiro de 2023, no Mandado de Segurança nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

O PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0004037/2023-02,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Procuradora de Justiça **MARCIA MILHOMENS SIROTHEAU CORREA** para officiar na Sessão do Conselho Especial do TJDFT, em 31 de janeiro de 2023, nos autos do Agravo do Mandado de Segurança e Instrumento Nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

Art. 2º Revogar a Portaria PGJ nº 106, de 30 de janeiro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 20:14, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0134638** e o código CRC **B57F2687**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA NORMATIVA Nº 873, DE 23 DE JANEIRO DE 2023

Institui a Política de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, incisos XX e XXII,

CONSIDERANDO a publicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD; da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet; e do Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, o Regulamento do Marco Civil da Internet;

CONSIDERANDO as Portarias Normativas PGJ nº 640, de 20 de agosto de 2019, e nº 697, de 14 de setembro de 2020, que tratam da adequação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;

CONSIDERANDO que a LGPD estabelece as condições nas quais os dados pessoais podem ser tratados; define um conjunto de direitos para os titulares dos dados; gera obrigações específicas para os controladores dos dados; e cria procedimentos para que haja mais segurança e respeito à autodeterminação informativa dos titulares durante o tratamento dos dados pessoais e o compartilhamento deles com terceiros;

CONSIDERANDO que a LGPD faculta a controladores e operadores o estabelecimento de regras de boas práticas e de governança que instituem condições de organização, regime de funcionamento, procedimentos, normas de segurança, padrões técnicos, obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento de dados pessoais, ações educativas, mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais, adotando programa de governança em privacidade de dados;

CONSIDERANDO a obrigação legal de garantir aos titulares dos dados pessoais (cidadãos, usuários de serviços, crianças, adolescentes, estrangeiros, membros, servidores e colaboradores) os seus direitos;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir normas que estabeleçam de forma clara o tratamento de todos dos usuários dos serviços do MPDFT e de estabelecer diretrizes sobre o tratamento interno de dados pessoais,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de Proteção de Dados Pessoais do MPDFT.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Esta Política define diretrizes para as ações de planejamento e de execução das obrigações funcionais e da gestão administrativa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em prol da proteção de dados pessoais e da autodeterminação informativa da pessoa natural, com os seguintes objetivos:

I – fixar premissas programáticas para que o Ministério Público concretize a tutela do direito fundamental à proteção de dados pessoais por meio de seus órgãos de execução e órgãos administrativos;

II – fomentar a capacitação contínua de membros e servidores quanto à proteção de dados pessoais em diferentes relações sociais e à produção do conhecimento necessário ao manejo de medidas administrativas e judiciais adequadas para a tutela integral de direitos violados ou ameaçados;

III – disseminar a cultura de proteção de dados pessoais, com o objetivo de promover a conscientização sobre os riscos derivados do tratamento indevido ou do não tratamento dos dados pessoais;

IV- disseminar cultura e capacitação para minimização de riscos envolvendo dados pessoais em diferentes ambientes, especialmente tecnológicos;

IV – assegurar que o MPDFT realize o tratamento de dados pessoais conciliando os princípios da publicidade e da eficiência com os da proteção da intimidade e da vida privada da pessoa natural;

V – estabelecer diretrizes que orientarão o aprimoramento contínuo de mecanismos de proteção de dados pessoais, inclusive no que concerne ao planejamento, governança, administração de processos e procedimentos, elaboração de normas, rotinas operacionais, práticas organizacionais, desenvolvimento e gestão de sistemas de informação e relação com a imprensa.

Parágrafo único. O tratamento de dados pessoais pelo MPDFT em seus sistemas e serviços poderá ser regulamentado por atos normativos específicos, de acordo com as devidas particularidades, formulados e interpretados de acordo com os princípios e as diretrizes desta Política.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Seção I **Dos Fundamentos**

Art. 3º Constituem fundamentos para a atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios na proteção de dados pessoais no âmbito de suas atribuições:

I – o respeito à privacidade, à intimidade, à honra e à imagem;

II – a autodeterminação informativa;

- III – o respeito aos direitos humanos, ao livre desenvolvimento da personalidade, à dignidade;
- IV – o exercício da cidadania pelas pessoas naturais;
- V – a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- VI – a proteção aos direitos fundamentais por meio de medidas preventivas e repressivas a lesões e a ameaças de lesões aos direitos do titular e de coletividades;
- VII – o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VIII – a livre iniciativa, a livre concorrência;
- IX – a defesa do consumidor; e
- X – o respeito aos princípios constitucionais da atividade administrativa.

Seção II Dos Princípios

Art. 4º Esta Resolução adotará, além do previsto no art. 6º da LGPD, os seguintes princípios como vetores para a promoção da proteção de dados pessoais:

- I – proporcionalidade e razoabilidade;
- II – vedação da proteção insuficiente na tutela dos direitos fundamentais;
- III – boa-fé e adequação;
- IV – necessidade e finalidade do tratamento;
- V – segurança e prevenção;
- VI – responsabilização e prestação de contas;
- VII – livre acesso aos dados necessários para a tutela de direitos fundamentais;
- VIII – não discriminação;
- IX – qualidade e integridade dos dados; e
- X – transparência.

Parágrafo único. Em caso de conflito entre os princípios de proteção de dados pessoais e os demais princípios constitucionais, deve-se proceder com ponderação para alcançar a concordância prática entre os princípios envolvidos, observados necessariamente as atribuições constitucionais do MPDFT.

Seção III Dos Direitos do Titular de Dados Pessoais

Art. 5º O Ministério Público, no exercício da atividade de proteção de dados pessoais, deverá se pautar pelo reconhecimento dos direitos de cada titular de dado pessoal.

Art. 6º Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos da legislação aplicável e desta Portaria.

Art. 7º O titular tem direito a obter do controlador, em relação aos seus dados pessoais tratados, mediante requerimento, as seguintes informações:

- I – confirmação da existência de tratamento;
- II – acesso aos dados pessoais;

- III – correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com esta Portaria ou com o disposto na LGPD;
- V – portabilidade dos dados pessoais;
- VI – eliminação dos dados pessoais tratados com o seu consentimento, exceto nas hipóteses necessárias de conservação;
- VII – informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados pessoais;
- VIII – informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento, quando for o caso, e sobre as consequências da negativa; e
- IX – revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD, quando cabível.

Art. 8º O MPDFT adotará as medidas possíveis para garantir o usufruto dos direitos assegurados pela LGPD ao titular dos dados pessoais, bem como por legislação e atos normativos correlatos, informando adequadamente os procedimentos necessários à fruição no sítio eletrônico e nos materiais de divulgação específicos que venha a produzir.

Seção IV Das Prerrogativas do MPDFT

Art. 9º O MPDFT, no exercício regular de suas obrigações, de suas prerrogativas constitucionais e no interesse legítimo da instituição, independentemente do consentimento dos titulares, realizará o tratamento de dados pessoais sempre que necessário à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos e coletivos, bem como às atividades preventivas, persecutórias e de produção de conhecimento imprescindíveis à concretização das obrigações constitucionais e à salvaguarda dos ativos da instituição.

Parágrafo único. No exercício de atividades administrativas não vinculadas diretamente ao exercício de competências legais e constitucionais, o MPDFT deverá obter o consentimento dos titulares para tratar os dados pessoais deles, sempre respeitando a autodeterminação informativa dos envolvidos.

Art. 10. O MPDFT, na defesa dos direitos fundamentais individuais indisponíveis, coletivos e difusos e no desenvolvimento de ações preventivas, no contexto do exercício persecutório estatal e no âmbito do devido processo legal, terá acesso a bancos de dados pessoais de caráter público ou relativos a serviços de relevância pública, bem como a bancos de dados privados, podendo, para tanto, exercitar seu poder de requisição.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Seção I Da Unidade de Proteção de Dados Pessoais

Art. 11. O MPDFT deverá constituir a Unidade de Proteção de Dados Pessoais, estrutura administrativa interna específica para atendimento das diretrizes previstas nesta Portaria e uso e tratamento de dados pessoais.

Parágrafo único. A Unidade será composta, no mínimo, por um membro, que será o encarregado pelo tratamento de dados pessoais, e por um servidor.

Art. 12. Caberá à Unidade de Proteção de Dados Pessoais o desenvolvimento, a execução e o acompanhamento de projeto de governança em proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. O projeto conterà regras de boas práticas e de governança que estabelecerão as condições de organização, os procedimentos — incluindo reclamação e petição de titulares —, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Seção II Do Controlador

Art. 13. O MPDFT, representado pela Procuradoria-Geral de Justiça, é considerado controlador, realizando tratamento de dados pessoais por meio dos membros, servidores e demais colaboradores que integram sua estrutura orgânica.

Art. 14. No âmbito do MPDFT, o controlador é o responsável por determinar o tratamento de dados pessoais, independentemente de eles terem sido obtidos de forma espontânea, por cumprimento de dever legal ou por autorização legal.

Art. 15. Caberá ao controlador:

I – normatizar e deliberar a respeito das regras de tratamento de dados pessoais no âmbito da instituição;

II – expedir instruções de serviço para atendimento das boas práticas estabelecidas na LGPD, em especial quanto a normas de segurança, padrões técnicos e obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento dos dados pessoais;

III – orientar as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais;

IV – aprovar o Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais –RIDP;

V – decidir sobre o uso compartilhado de dados pessoais;

VI – comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados-ANPD, ao CNMP e ao titular de dados pessoais a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares;

VII – implementar programa de governança em privacidade, enviando ao CNMP as informações pertinentes; e

VIII – adotar outras providências necessárias ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. As atribuições previstas nos incisos deste artigo poderão ser delegadas ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

Seção III Do Operador

Art. 16. No âmbito do MPDFT, considera-se operador a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que, sem pertencer aos quadros do Ministério Público, tenha independência jurídica e econômica e realize, por conta e responsabilidade próprias, o tratamento de dados pessoais a mando do controlador.

§ 1º O operador somente poderá tratar os dados pessoais para a finalidade previamente autorizada ou contratada pelo controlador, utilizando-se dos meios de tratamento que, prévia e igualmente, forem autorizados ou contratados pelo controlador.

Art. 17. O MPDFT poderá requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados a fornecedores de produtos, prestadores de serviços ou parceiros, respeitando-se o sigilo e as demais proteções legais.

Parágrafo único. Os fornecedores de produtos, prestadores de serviços e outros parceiros, ao tratarem os dados pessoais a eles confiados, serão considerados operadores e deverão aderir a esta Política e cumprir os deveres legais e contratuais respectivos.

Seção VI

Do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

Art. 18. O encarregado é o membro do MPDFT indicado pelo controlador para atuar como canal de comunicação e interação entre o controlador, os titulares dos dados pessoais e a ANPD, bem como para desempenhar outras funções estabelecidas pela legislação pertinente e por esta Portaria.

Art. 20. São atribuições do encarregado:

I – implementar, capacitar, conscientizar, estabelecer responsabilidades e monitorar a conformidade da atuação da Instituição com a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público e a LGPD;

II – receber e analisar os pedidos encaminhados pelos titulares dos dados pessoais, como reclamações e comunicações;

III – prestar esclarecimentos e adotar providências relacionadas ao tratamento de dados pessoais;

IV – delegar, inclusive para servidores, e supervisionar atribuições que não representem risco relevante a titular de dados pessoais;

V – elaborar, aplicar, e monitorar inventário de dados pessoais que documente como e por que o Ministério Público coleta, compartilha e usa esses dados;

VI – elaborar Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIDP;

VII – informar e emitir recomendação ao controlador e ao operador;

IX – orientar as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais;

X – executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

§ 1º Enquanto não instituída a Unidade de Proteção de Dados, os pedidos de titulares dos dados serão dirigidos ao Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais, que os receberá e, indicando a pertinência temática à proteção de dados pessoais, os encaminhará ao encarregado para análise.

§ 2º O encarregado examinará os pedidos e os encaminhará a Administração Superior.

§ 3º O encarregado comunicará ao titular dos dados a solução adotada pelo controlador.

Art. 21. O encarregado contará com apoio efetivo da Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais para estabelecer regras de segurança, de boas práticas, de governança, e de procedimentos que envolvam proteção de dados pessoais para o adequado desempenho de suas funções.

Seção V

Da Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais

Art. 22. A Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais, órgão colegiado de natureza permanente, integrante do Comitê Estratégico de Inovação e Governança de Dados, será composta por membros e servidores indicados do MPDFT, notadamente por:

- I – encarregado pelo tratamento de dados pessoais, que a coordenará;
- II – Ouvidoria;
- III – Secretaria-Geral;
- IV – Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação;
- V – Coordenadoria de Segurança Institucional;
- VI – Secretaria de Tecnologia da Informação; e
- VII – um membro indicado pelo encarregado de dados pessoais.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Seção I

Do Dado Pessoal

Art. 23. O dado pessoal será protegido e tratado nos termos da presente Portaria, tanto no âmbito da atuação administrativa quanto no da finalística, com as distinções necessárias, respeitando-se, sempre, os princípios previstos no art. 4º e seu respectivo parágrafo único desta Portaria.

Seção II

Do Tratamento de Dados Pessoais

Art. 24. Considera-se tratamento toda operação realizada com dados pessoais, nos termos do inciso X do art. 5º da LGPD.

Art. 25. O tratamento de dados pessoais no âmbito do MPDFT será realizado para o atendimento de finalidade pública, na persecução do interesse público, em todas as áreas internas de atuação, com o objetivo de execução e cumprimento das atribuições, obrigações e prerrogativas legais e constitucionais deste órgão.

Art. 26. No exercício da atividade-fim, o tratamento de dados pessoais sensíveis independe de consentimento do titular, com base no art. 11, II, a, b e d da LGPD, sem prejuízo da observância de outras prescrições de tratamento de dados previstas na legislação processual.

Art. 27. O tratamento dos dados pessoais sensíveis realizado no exercício da atividade administrativa deverá se fundamentar nas hipóteses do art. 11, II, da LGPD, comprovando-se a indispensabilidade do tratamento e a publicidade dada à dispensa de consentimento, na forma do art. 23, I, da LGPD.

Parágrafo único. Os dados pessoais sensíveis de membros, servidores, estagiários e prestadores de serviços deverão ser tratados de acordo com as exceções previstas no art. 11, II e incisos, da

LGPD, e/ou a partir do consentimento dos respectivos titulares, dando-se publicidade à dispensa de consentimento, nos termos do inciso I do art. 23 da LGPD.

Art. 28. O tratamento de dados de criança e adolescente deve se pautar pelo melhor interesse e máxima proteção deles como indivíduos, devendo o MPDFT disponibilizar as informações sobre o tratamento realizado de maneira simples, clara e acessível, proporcionando o pleno entendimento por parte da criança, do adolescente, dos pais e dos responsáveis legais.

§ 1º É vedado o repasse de dados pessoais de criança a terceiro sem o consentimento específico e destacado de um de seus pais ou responsáveis legais, nesta hipótese com a obrigação de o MPDFT realizar esforços razoáveis e tecnologicamente possíveis para verificação da higidez do consentimento fornecido e da veracidade do responsável, mantendo pública a informação acerca dos dados coletados, da forma de sua utilização e dos procedimentos para o pleno exercício dos direitos do titular dos dados, nos termos do art. 14, §2º c/c art. 18 da LGPD.

§2º O tratamento de dados de criança na atividade finalística ou administrativa do MPDFT admite excepcionalmente a dispensa fundamentada do consentimento elencado no art. 14, §1º, da LGPD, quando tal medida for estritamente necessária a proteção e melhor interesse da criança.

Seção III Dos Contratos

Art. 29. Todos os contratos, convênios e atos formais equivalentes a serem celebrados pelo MPDFT deverão trazer definidas, de forma transparente e detalhada, as responsabilidades dos controladores, dos operadores e, quando possível, de eventuais terceiros envolvidos.

Art. 30. Os contratos firmados pelo MPDFT com terceiros serão, gradativamente, adaptados para, no que couber, alinharem-se a esta Política.

Parágrafo único. Os contratos em vigor poderão ser revistos para adequação a esta Política, e, dentro de suas particularidades, serem aditados ou regidos por disciplina própria para a consecução dessa reformulação.

Seção IV Do Inventário e da Custódia de Dados Pessoais

Art. 31. O MPDFT realizará o inventário das bases de dados, abrangendo todos os dados pessoais que estejam sob controle institucional, incluindo aqueles que tenham sido compartilhados, independentemente do modo como se realizou a coleta desses dados.

Art. 32. O inventário de bases de dados pessoais não importa nem autoriza acesso ao seu conteúdo, cabendo às unidades estabelecerem procedimentos específicos para a identificação e classificação de suas bases de dados como sigilosas ou confidenciais.

Seção V Boas Práticas e Governança de Dados Pessoais

Art. 33. O MPDFT adotará boas práticas e governança em segurança da informação visando orientar comportamentos adequados e mitigar os riscos de comprometimento dos dados pessoais tratados em suas atividades finalísticas e administrativas.

Art. 34. Observados a estrutura, a escala, o volume de operações, a sensibilidade dos dados tratados e a probabilidade e a relevância dos danos para os titulares de dados pessoais, a segurança e a prevenção de incidentes de segurança, o programa de governança:

I – estabelecerá políticas internas que assegurem o cumprimento abrangente de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais;

II – será aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob tratamento do MPDFT, independentemente do modo como se realizou a coleta;

III – será adaptado à estrutura, à escala e ao volume das operações, bem como à sensibilidade dos dados pessoais tratados;

IV – estabelecerá políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade;

V – estará integrado à estrutura geral de governança do MPDFT e estabelecerá mecanismos internos e externos de supervisão;

VI – contará com planos de resposta a incidentes e remediação; e

VII – será atualizado constantemente com base em informações obtidas a partir de monitoramento contínuo e avaliações periódicas.

Seção VI Das Técnicas de Sistemas de Informação

Subseção I Da Segurança do Dado Pessoal

Art. 35. No âmbito do Ministério Público, aplicam-se à segurança do dado pessoal, em geral, as regras previstas na Subseção IV, da Resolução CNMP n.º 156, de 13 de dezembro de 2016, que trata da segurança da informação.

Parágrafo único. A segurança da informação visa garantir a integridade, o sigilo, a autenticidade, a disponibilidade, o não repúdio e a atualidade do dado, da informação ou do conhecimento.

Art. 36. A Política de Segurança da Informação especifica e determina a adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança para a proteção de dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou incidentes culposos ou dolosos de destruição, perda, adulteração, compartilhamento indevido ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Seção II Dos sítios eletrônicos e sistemas informatizados

Art. 37. Os sítios eletrônicos e sistemas informatizados deverão descrever as hipóteses em que se realiza o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades.

Parágrafo único. Serão disponibilizadas, ainda, informações sobre:

I – as obrigações dos controladores e os direitos dos titulares dos dados pessoais;

II – o encarregado, nos termos do §1º do art. 41 da LGPD;

III – a política de privacidade para navegação no sítio eletrônico;

- IV – a política geral de privacidade e de proteção de dados pessoais do MPDFT; e
- V – o uso de *cookies* ou tecnologia similar pelos sítios e sistemas.

Seção III

Do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIDP)

Art. 38. O controlador elaborará Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIDP) nos processos de tratamento de dados pessoais e na atividade administrativa e finalística que possam gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, em particular:

- I – quando houver risco relevante de infração à legislação de proteção de dados pessoais;
- II – quando ocorrer a adoção de novas tecnologias, serviços ou iniciativas que envolvam o tratamento de dados pessoais;
- III – quando o tratamento implique a formação de perfil comportamental e de atributos personalíssimos da pessoa natural;
- IV – nas hipóteses de tratamento envolvendo dados sensíveis da pessoa natural;
- V – no tratamento de dados pessoais realizado mediante decisões automatizadas;
- VI – no tratamento de dados pessoais referentes a crianças e adolescentes;
- VII – no advento de legislação que implique alteração nas regras de tratamento de dados pessoais; ou

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I, II, III, V, a elaboração do RIDP será obrigatória.

§ 2º Também poderá ser determinada a elaboração de RIDP nos casos de tratamento de dados pessoais em que, após a devida análise de risco, constate-se tratar de grau relevante, hipóteses em que o encarregado sempre deverá ser ouvido.

§ 3º A aferição dos riscos de qualquer tratamento decorre do resultado da realização do inventário de dados pessoais.

§ 4º Tratando-se de aferição de risco não relevante, o RIDP não precisará ser elaborado.

Art. 39. O RIDP deverá conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados pessoais coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos adotados.

Seção XXI

Das Comunicações e da Resposta a Incidentes de Segurança com Dados Pessoais

Art. 40. Todo responsável pelo tratamento de dados pessoais deverá reportar imediatamente ao encarregado, ao gestor da base de dados pessoais e ao órgão de tecnologia da informação competente a ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais, com finalidade de permitir a imediata tomada de medidas de contenção e outras necessárias ao controle e à mitigação do dano, devendo ser informados no comunicado:

- I – a descrição e a natureza dos dados pessoais afetados;
- II – as informações sobre os titulares envolvidos;
- III – as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais, observados os casos de sigilo legal e institucional;

- IV – os riscos relacionados ao incidente;
- V – os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- VI – as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Art. 41. Em qualquer hipótese de incidente de vazamento de dados pessoais, independentemente de sua relevância, o operador deverá comunicar imediatamente ao controlador a sua ocorrência, devendo a comunicação conter as informações indicadas no artigo anterior.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 42. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral de Justiça após ouvir a Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais.

Art. 43. Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 26/01/2023, às 11:17, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0126309** e o código CRC **D5496999**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**PAUTA – 266ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL
01 de fevereiro de 2023, às 14h00**

Vídeo Conferência – Microsoft Teams

(Edifício Sede do MPDFT, Praça do Buriti, Lote 02, 9º Andar, Sala nº 952)

Coordenador

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO

Membro

FRANCISCO LEITE DE OLIVEIRA

Membro

MAURÍCIO SILVA MIRANDA

EXPEDIENTE

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

A. 265ª Sessão Ordinária, de 15 de dezembro de 2022.

2. COMUNICAÇÕES DO COORDENADOR

A. Despacho de expedientes recebidos via sistema TABULARIUM, no mês de dezembro:

- Coordenador: Dr. Antonio Ezequiel de A. Neto: 12 expedientes

- 1º Membro Titular: Dr. Francisco Leite de Oliveira: 0 expediente

- 2º Membro Titular: Dr. Maurício Silva Miranda: 0 expediente



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

ORDEM DO DIA

**PROCESSOS FÍSICOS INTERNOS - ARQUIVAMENTO- RELATORIA DO
DR. ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO**

1.NF nº 08192.168823/2022-57 – NeoGab Extrajudicial

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Envolvido: Antônio Charles Valentim

Assunto: Agressões físicas imputadas a policiais militares contra custodiado

2.NF nº 08192.183824/2022-21 – NeoGab Extrajudicial

Origem: Promotoria de Justiça de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde – PRÓ-VIDA

Envolvidos: Maria José de Souza Feitosa

Marcelo de Sousa Feitosa

Assunto: Habilitação para transplante renal

**PROCESSOS FÍSICOS INTERNOS - ARQUIVAMENTO- RELATORIA DO
DR. ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO - SIGILOS**

1.PA nº 08190.032012/19-07 – SIGILOS

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO

Assunto: Acordo de Colaboração Premiada

Advogadas: Maria Francisca Sofia Nedeff Santos – OAB/PR 77507 e Outra

2.PA nº 08190.000295/20-07 – SIGILOS

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Assunto: Acordo de colaboração Premiada

Advogado: João Sylla Rudge – OAB/RJ 167.483

3.PA nº 08190.137711/19-52–SIGILOSO-Tabularium nº 08191.031398/2021-71

Origem: 3º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – NCAP

Interessado: H. S.F.

Investigado: C. de A. M. e B. dos P. C.D.F.

Assunto: Inquérito Policial. Arquivamento. Alteração de contrato social de empresa para descumprimento de obrigações judiciais.

4.PIC nº 08190.013914/21-32 – SIGILOSO-Tabularium nº 08191.124689/2021-10

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional - NUPRI

Envolvido: W.P. M.

Assunto: Infração penal e ato ímprobo perpetrado por policial militar cedido à administração penitenciária

5.PA nº 08190.000968/22-18- SIGILOSO-Tabularium nº 08191.007358/2022-99

Origem: 1º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial - NCAP

Envolvido: DPCI

Assunto: Controle Externo da Atividade Policial

Conclusão do voto do Relator: Homologação da decisão de arquivamento.

6.NF nº 08192.183824/2022-21 – NeoGab Extrajudicial-SIGILOSO

Origem: Promotoria de Justiça de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde – PRÓ-VIDA

Envolvidos: M. J. de S. F.

M. de S. F.

Assunto: Habilitação para transplante renal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

7.PA nº 08190.032037/19-20 – SIGILOS

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO

Envolvido: F.A. C. J.

Assunto: Acordo de Colaboração Premiada

Advogado: Ricardo Henrique Araújo Pinheiro – OAB/DF 22.800

8.NF nº 08192.172113/2022-21 – NeoGab Extrajudicial- Sigiloso

Origem: Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial - NCAP

Envolvido: B. de A. R.

Assunto: Violação de direito a cela especial – CPP, art. 295, V

9.NF nº 08190.015506/22-88-Tabularium nº 08191.107403/2022-12- SIGILOS

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Assunto: Maus tratos e agressões físicas contra internos do sistema prisional

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP DA –
RELATORIA DO DO DR. FRANCISCO LEITE DE OLIVEIRA – 1o.
MEMBRO TITULAR-SIGILOS

1.PJE nº 0705307-23.2022.8.07.0010 do 1ª Vara Criminal e do Tribunal do Júri de Santa Maria-SIGILOS

Investigado: S. P. de S.

Vítima: A. C. J. de S.

Incidência Penal: Art. 213 do Código Penal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**PROCESSOS DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE PELO RELATOR
RELATORIA (INC. IV, DO ART. 14 DA RESOLUÇÃO 203/2015 – RICCR e
INCISO X, DO ENUNCIADO 102/2020 DAS CCRCRIM REUNIDAS)**

1.PJE n° 0726053-07.2020.8.07.0001 da 3ª Vara de Entorpecentes do DF

Autor do Fato: Rachel Nunes da Cunha

Vítima: O Estado

Incidência Penal: Art. 33, caput, da Lei n° 11.343/2006

Advogado: Glerysson Moura das Chagas – OAB/DF 39.169 e **Defensor Público:**
Caroline Talgati

**PROCESSOS FÍSICOS DA – RELATORIA DO DR. FRANCISCO LEITE DE
OLIVEIRA – 1o. MEMBRO TITULAR**

1.PA n° 08190.005862/22-66

Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social –
PRODEP

Requerido: Gladson Braga Vaz de Andrade

Assunto: Acordo de Não Persecução Penal

**PROCESSOS FÍSICOS DA – RELATORIA DO DR. FRANCISCO LEITE DE
OLIVEIRA – 1o. MEMBRO TITULAR-SIGILOSO**

1.PA n.º 08190.146975/18-34 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogado: Daniel Andres Raizman – OAB/RJ 171.898



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2.PA n.º 08190.000293/20-73 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: João Sylla Rudge – OAB/RJ 167.483 e Outro

3.PIC n.º 08190.000985/20-67 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Interessados: C. G. S. J. F. de O.

Assunto: Supostos crimes de corrupção passiva e ativa

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP DA –
RELATORIA DO DR. MAURÍCIO SILVA MIRANDA**

**1.PJE n.º 0701351 -48.2021.8.07.0005 da 2ª Vara Criminal e 2º Juizado Espe -
cial Criminal de Planaltina**

Autores do Fato: Andley de Melo Dantas

Jhones da Mata

Jams Araújo Nascimento

Flávio Rocha Afonso

Vítima: Stenio Araújo Corrêa

Incidência Penal: Art. 155, § 4º, II e IV do Código Penal.

Advogados: Naique Fernandes Rabelo – OAB/DF n.º 29.709 e Outros

2.PJE n.º 0715831-82.2022.8.07.0009 da 1ª Vara Criminal de Samambaia

Autor do Fato: Dario José Francisco Rocha

Vítima: O Estado

Incidências Penal: Art. 16, §1º, inciso IV, da Lei n.º 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), art. 329, caput, e art. 147, caput, do Código Penal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

3.PJE n° 0722599-76.2021.8.07.0003 – 3ª Vara Criminal de Ceilândia/DF

Autores do Fato: Bruno Inácio Azevedo

Mércia Inácio Azevedo

Vítima: O Estado

Assunto: Arts. 129, caput, §12, c/c art. 329, caput, e 331, caput, todos do Código Penal

4.PJE n° 0728468-20.2021.8.07.0003 da 4ª Vara Criminal de Ceilândia

Autor do Fato: Cícero Lopes de Carvalho Neto

Vítima: Elivan Barbosa da Silva

Incidência Penal: Art. 180, caput, do Código Penal

Defensores Públicos: Guilherme Lúcio de Moraes e Rodrigo Paschoal e Caldas

PROCESSOS FÍSICOS – ARQUIVAMENTO- RELATORIA DO DR. MAURÍCIO SILVA MIRANDA

1.PA n° 08190.016338/21-30

Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP

Interessado: Jair Braga Rodrigues

Assunto: Acordo de Não Persecução Penal

2.NF n.º 08192.201194/2022-84— NeoGab Extrajudicial

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri de Águas Claras

Vítima: Humberto Carlos Pereira Leite

Envolvido: Luíza Ângela de Souza

Assunto: Denúncia Caluniosa



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

PROCESSOS FÍSICOS INTERNOS - ARQUIVAMENTO-SIGILOSO

1. PA nº 08190.099450/18-10-Sigiloso

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Lucas Vaz Ferreira Pinto – OAB/SP 358.857 e Outro

2. PA nº 08190.100428/18-01 - Sigiloso

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

3. PA nº 08190.032006/19-04- Sigiloso

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Alexandre Wunderlich – OAB/RS 36.846 e Outros

4. PA nº 08190.100425/18-13 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Lucas Vaz Ferreira Pinto – OAB/SP 358.857 e Outro

5. PA nº 08190.146976/18-05 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Murilo Cobucci Silva Almeida – OAB/RJ 118.141 e Outro



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

6.NF n.º 08192.193453/2022-96– NeoGab Extrajudicial (Sigiloso)

Origem: 3º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial

Interessado: P.C.D.F.

P.M.D.F

Assunto: Apuração de atuação indevida da Polícia Civil do Distrito Federal

7.NF n.º 08192.153803/2022-81– NeoGab Extrajudicial (Sigiloso)

Origem: 2º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial

Interessado: R.R.V.

Assunto: Apuração de ilegalidade cometida por Delegado de Polícia

COMUNICAÇÕES DO COORDENADOR

COMUNICAÇÕES DOS MEMBROS

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO

Coordenador

Procurador de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 86 - PGJ/SG

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o que consta no Processo SEI nº 19.04.4210.0006258/2022-61

RESOLVE:

Alterar o art. 1º da Portaria nº 1000, de 6 de outubro de 2021, que designa os gestores e fiscais técnicos do Contrato nº 055/SG/MPDFT/2021, que passa a vigorar com o seguinte texto:

"Art. 1º — Designar os servidores **AGENOR GARCIA BRAGA**, matrícula nº 3751, para exercer o encargo de GESTOR, **MARIA FERNANDA DE LIMA E OLIVEIRA JABUR**, matrícula nº 4121, para exercer o encargo de GESTORA SUBSTITUTA, **PATRÍCIA LITTIG MELO**, matrícula nº 5927, para exercer o encargo de FISCAL TÉCNICA e, **WESLEY SOUSA DO NASCIMENTO**, matrícula nº 4787, para exercer o encargo de FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO, do Contrato n.º 055/SG/MPDFT/2021, firmado com MEGA SOLUÇÕES CIENTÍFICAS E LOCAÇÃO EIRELI, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médico—hospitalares, de diversas marcas e modelos, com substituição de peças mediante ressarcimento, e serviços sob demanda, de acordo com as condições e as especificações deste instrumento e seus anexos e dos anexos do Edital."

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)

RENATO LUQUEIZ SALLES

Secretário-Geral Adjunto do MPDFT



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LUQUEIZ SALLES**, Secretário(a)-Geral Adjunto, em 30/01/2023, às 15:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133472** e o código CRC **DA26DA98**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG N° 87 - PGJ/SG

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria n° 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo n° 19.04.3465.0003626/2023-41,

RESOLVE:

Apostilar, a contar de 01/02/2023, a nomeação de **DÉBORA DE SIQUEIRA LABARRÉRE**, matrícula 5926-9, sem vínculo com a Administração Pública, do cargo em comissão de Assessor Jurídico I do Núcleo de Apoio Operacional da Procuradoria-Geral de Justiça, código CC-01 (52001053), para o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 8ª Promotoria de Justiça Criminal da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Ceilândia, código CC-01 (72001066).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
RENATO LUQUEIZ SALLES



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LUQUEIZ SALLES**, **Secretário(a)-Geral Adjunto**, em 30/01/2023, às 14:53, conforme § 3º do art. 4º do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133571** e o código CRC **9EF35EC9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 88 - PGJ/SG

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo nº 19.04.3400.0003832/2023-13,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar de 01/02/2023, a servidora **VANESCA FERNANDES DE SIQUEIRA**, matrícula 3002-3, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Chefe de Gabinete de Promotoria III da 2ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Brasília II, Guará, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, código FC-03 (90001313), dispensando, em consequência, a servidora **FERNANDA DE MELO SANDES XAVIER FERREIRA**, matrícula 5181-1.

Art. 2º Dispensar, a contar de 01/02/2023, a servidora **VANESCA FERNANDES DE SIQUEIRA**, matrícula 3002-3, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Assistente Chefe de Gabinete de Promotoria II da 9ª Promotoria de Justiça Criminal da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (66001153).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
RENATO LUQUEIZ SALLES



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LUQUEIZ SALLES**, **Secretário(a)-Geral Adjunto**, em 30/01/2023, às 15:23, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133740** e o código CRC **D5D1B07F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 68, DE 25 DE JANEIRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo SEI nº 19.04.4343.0002817/2023-81,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora ANA LUÍSA JORGE MARCONDES, Analista do MPU/Direito, matrícula 3609, para continuar ocupando, no Senado Federal, o cargo em comissão de Assistente Parlamentar Intermediário, AP-10, na Diretoria-Geral, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 3 de novembro de 2022, com fulcro no art. 93, I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I, §§ 1º, 2º e 5º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. A servidora deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112/90.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 16:29, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0130056** e o código CRC **84F4C818**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 74, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

Designa o Promotor de Justiça adjunto TIAGO DIAS MAIA para atuar, a partir de 1º de fevereiro de 2023, no Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos – Ncyber, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003633/2023-46,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Promotor de Justiça adjunto TIAGO DIAS MAIA para atuar, a partir de 1º de fevereiro de 2023, no Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos – Ncyber, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Art. 2º Dispensar, a partir de 1º de fevereiro de 2023, a Promotora de Justiça adjunta STÉPHANY NELLY LOBATO da designação para atuar junto ao Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos – Ncyber, disposta na Portaria PGJ nº 129, de 5 de março de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 15:07, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131913** e o código CRC **FC5E5F3A**.

19.04.3756.0003633/2023-46



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 75, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

Lota, a pedido singular, a contar de 9 de janeiro de 2023, Promotores de Justiça adjuntos da carreira do MPDFT em Promotorias de Justiça de Apoio Operacionais.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO que no Aviso de Remoção Global de Promotoria nº 3, de 24 de novembro de 2022 (Processo SEI nº 19.04.3146.0010413/2022-60), não houve candidatos interessados na remoção para as 6ª, 7ª, 10ª, 27ª, 31ª, 50ª 52ª, 53ª, 54ª, 55ª, 56ª, 57ª, 58ª e 59ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacionais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014 (Lei de Ofícios), determinou a existência de ofícios em número correspondente ao de cargos de membros em todos os níveis das carreiras;

CONSIDERANDO o disposto no art. 212, § 2º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003625/2023-68,

RESOLVE:

Art. 1º Lotar, a pedido singular, a contar de 9 de janeiro de 2023:

I – o Promotor de Justiça adjunto MARCO TÚLIO DO PRADO E PAULO na 27ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

II – o Promotor de Justiça adjunto RODRIGO MAYER MELEO na 10ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

III – a Promotora de Justiça adjunta NICOLE LOPES DE ASSIS na 7ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

IV – a Promotora de Justiça adjunta KAMILLA CAMPOS ALLÃO na 31ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

V – o Promotor de Justiça adjunto MARCELLO SCHWARTZMAN na 6ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

VI – a Promotora de Justiça adjunta BRENDA AISSA MARTINS HENRIQUE na 50ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

VII – o Promotor de Justiça adjunto PEDRO MENDES LUNA na 59ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

VIII – a Promotora de Justiça adjunta MARIA AUGUSTA MARQUES DE ALMEIDA XAVIER DANTAS na 58ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

IX – o Promotor de Justiça adjunto LUCAS VILELA DE FRANÇA FREITAS na 52ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

X – o Promotor de Justiça adjunto BRUNO BARBOSA MATIAS na 57ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XI – a Promotora de Justiça adjunta ALYNE LIMA DE MESQUITA na 54ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XII – o Promotor de Justiça adjunto VINÍCIUS ALMEIDA BERTAIA na 55ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XIII – a Promotora de Justiça adjunta LIA ALMEIDA OLIVEIRA SARAIVA na 53ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XIV – o Promotor de Justiça adjunto DANILO MARTINI DE MORAES PONCIANO DE PAULA na 56ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 15:07, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131983** e o código CRC **66B9A38A**.

19.04.3756.0003625/2023-68



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 76, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, em razão da alteração de estrutura implementada pela Portaria Normativa PGJ nº 874, de 25 de janeiro de 2023, válida a contar de 1º de fevereiro de 2023,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.5940.0002423/2023-53,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 1º de fevereiro de 2023, o servidor IGOR NEGREIROS JANOT, matrícula 3650-1, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Procuradoria da 18ª Procuradoria de Justiça Criminal, código CC-04 (60010137), exonerando-o, em consequência, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Procuradoria da 15ª Procuradoria de Justiça Criminal, código CC-04 (60010131).

Art. 2º Designar, a contar de 1º de fevereiro de 2023, a servidora CAROLLYNE RIBEIRO DE ATAIDES, matrícula 3058-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Jurídico I da 18ª Procuradoria de Justiça Criminal, código FC-02 (60010138), dispensando-a, em consequência, da função de confiança de Assistente Jurídico I da Chefia de Gabinete da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (66001012).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 15:06, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0132064** e o código CRC **B94682AD**.

19.04.5940.0002423/2023-53



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 78, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.1977.0003407/2023-47,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar de 1º de fevereiro de 2023, o servidor THIAGO LOPES CALIL, matrícula 4385-1, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Jurídico I da 2ª Procuradoria de Justiça Criminal Especializada, código FC-02 (60010059), dispensando, em consequência, a servidora ANDRESA CHAGAS DE AZEVEDO, matrícula 3570-0.

Art. 2º Designar, a contar de 1º de fevereiro de 2023, o servidor THIAGO LOPES CALIL, matrícula 4385-1, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da 2ª Procuradoria de Justiça Criminal Especializada, código CC-04 (60010123), dispensando, em consequência, a servidora ANDRESA CHAGAS DE AZEVEDO, matrícula 3570-0.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 30/01/2023, às 14:51, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0132286** e o código CRC **DE47914C**.

19.04.1977.0003407/2023-47



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 79, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

Desonera a 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Planaltina, em relação aos feitos judiciais e audiências, na proporção de 50% da carga de trabalho.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 159, XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGR/MPU nº 88, de 10 de novembro de 2021, que altera o Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 26 de setembro de 2014;

CONSIDERANDO a implantação da Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003212/2023-64,

RESOLVE:

Art. 1º Desonerar a 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Planaltina, em relação aos feitos judiciais e audiências, na proporção de 50% da carga de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2023.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 14:51, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0132318** e o código CRC **33493EFF**.

19.04.3756.0003212/2023-64



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 80, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa Promotores de Justiça integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade da carreira do MPDFT para atuarem em ofícios ministeriais.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o resultado do Aviso de Convocação para Atuação em Procuradoria de Justiça nº 1, de 18 de janeiro de 2023; e

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003299/2023-43,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Promotora de Justiça SANDRA ALCIONE SOUZA DE ALBUQUERQUE para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Procuradoria de Justiça Criminal do Distrito Federal.

Art. 2º Designar a Promotora de Justiça LEONORA BRANDÃO MASCARENHAS PASSOS PINHEIRO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Procuradoria de Justiça Cível do Distrito Federal.

Art. 3º Designar o Promotor de Justiça TRAJANO SOUSA DE MELO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 9ª Procuradoria de Justiça Criminal do Distrito Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 30/01/2023, às 18:34, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133186** e o código CRC **96C3C6D5**.

19.04.3756.0003299/2023-43



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 81, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para atuarem em substituição simples em cargos ministeriais.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o resultado do Aviso de Substituição Simples de Promotoria nº 2, de 25 de janeiro de 2023, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0003840/2023-83,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Promotor de Justiça adjunto LUCAS ULHOA SANTOS para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 22 de junho de 2023, na 3ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri de Águas Claras.

Art. 2º Designar a Promotora de Justiça adjunta ANNA CAROLINA SILVA para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Águas Claras.

Art. 3º Designar a Promotora de Justiça adjunta KAMILLA CAMPOS ALLÃO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 9ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília.

Art. 4º Designar o Promotor de Justiça adjunto MARCELLO SCHWARTZMAN para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2023, na 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Ceilândia.

Art. 5º Designar o Promotor de Justiça adjunto VINÍCIUS ALMEIDA BERTAIA para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 19 de maio de 2023, na 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Distrito Federal.

Art. 6º Designar o Promotor de Justiça adjunto MARCO TÚLIO DO PRADO E PAULO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Guará.

Art. 7º Designar o Promotor de Justiça adjunto PEDRO MENDES LUNA para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 31 de julho de 2023, na 3ª Promotoria de Justiça Criminal do Paranoá.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 18:37, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133190** e o código CRC **47B8DB66**.

19.04.3756.0003840/2023-83



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 106, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa o Procurador de Justiça JOSÉ EDUARDO SABO PAES para officiar em Sessão do Conselho Especial do TJDFT, no dia 31 de janeiro de 2023, no Mandado de Segurança nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

O PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0004037/2023-02,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Procurador de Justiça JOSÉ EDUARDO SABO PAES para officiar na Sessão do Conselho Especial do TJDFT, no dia 31 de janeiro de 2023, nos autos do Agravo do Mandado de Segurança e Instrumento Nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nada data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 18:33, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0134405** e o código CRC **AE2A3E64**.

19.04.3756.0004037/2023-02



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 108, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa a Procuradora de Justiça MARCIA MILHOMENS SIROTHEAU CORREA para officiar em Sessão do Conselho Especial do TJDFT, em 31 de janeiro de 2023, no Mandado de Segurança nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

O PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0004037/2023-02,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Procuradora de Justiça MARCIA MILHOMENS SIROTHEAU CORREA para officiar na Sessão do Conselho Especial do TJDFT, em 31 de janeiro de 2023, nos autos do Agravo do Mandado de Segurança e Instrumento Nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

Art. 2º Revogar a Portaria PGJ nº 106, de 30 de janeiro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 20:14, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0134638** e o código CRC **B57F2687**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA NORMATIVA Nº 873, DE 23 DE JANEIRO DE 2023

Institui a Política de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, incisos XX e XXII,

CONSIDERANDO a publicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD; da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet; e do Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, o Regulamento do Marco Civil da Internet;

CONSIDERANDO as Portarias Normativas PGJ nº 640, de 20 de agosto de 2019, e nº 697, de 14 de setembro de 2020, que tratam da adequação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;

CONSIDERANDO que a LGPD estabelece as condições nas quais os dados pessoais podem ser tratados; define um conjunto de direitos para os titulares dos dados; gera obrigações específicas para os controladores dos dados; e cria procedimentos para que haja mais segurança e respeito à autodeterminação informativa dos titulares durante o tratamento dos dados pessoais e o compartilhamento deles com terceiros;

CONSIDERANDO que a LGPD faculta a controladores e operadores o estabelecimento de regras de boas práticas e de governança que instituem condições de organização, regime de funcionamento, procedimentos, normas de segurança, padrões técnicos, obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento de dados pessoais, ações educativas, mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais, adotando programa de governança em privacidade de dados;

CONSIDERANDO a obrigação legal de garantir aos titulares dos dados pessoais (cidadãos, usuários de serviços, crianças, adolescentes, estrangeiros, membros, servidores e colaboradores) os seus direitos;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir normas que estabeleçam de forma clara o tratamento de todos dos usuários dos serviços do MPDFT e de estabelecer diretrizes sobre o tratamento interno de dados pessoais,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de Proteção de Dados Pessoais do MPDFT.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Esta Política define diretrizes para as ações de planejamento e de execução das obrigações funcionais e da gestão administrativa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em prol da proteção de dados pessoais e da autodeterminação informativa da pessoa natural, com os seguintes objetivos:

I – fixar premissas programáticas para que o Ministério Público concretize a tutela do direito fundamental à proteção de dados pessoais por meio de seus órgãos de execução e órgãos administrativos;

II – fomentar a capacitação contínua de membros e servidores quanto à proteção de dados pessoais em diferentes relações sociais e à produção do conhecimento necessário ao manejo de medidas administrativas e judiciais adequadas para a tutela integral de direitos violados ou ameaçados;

III – disseminar a cultura de proteção de dados pessoais, com o objetivo de promover a conscientização sobre os riscos derivados do tratamento indevido ou do não tratamento dos dados pessoais;

IV- disseminar cultura e capacitação para minimização de riscos envolvendo dados pessoais em diferentes ambientes, especialmente tecnológicos;

IV – assegurar que o MPDFT realize o tratamento de dados pessoais conciliando os princípios da publicidade e da eficiência com os da proteção da intimidade e da vida privada da pessoa natural;

V – estabelecer diretrizes que orientarão o aprimoramento contínuo de mecanismos de proteção de dados pessoais, inclusive no que concerne ao planejamento, governança, administração de processos e procedimentos, elaboração de normas, rotinas operacionais, práticas organizacionais, desenvolvimento e gestão de sistemas de informação e relação com a imprensa.

Parágrafo único. O tratamento de dados pessoais pelo MPDFT em seus sistemas e serviços poderá ser regulamentado por atos normativos específicos, de acordo com as devidas particularidades, formulados e interpretados de acordo com os princípios e as diretrizes desta Política.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Seção I

Dos Fundamentos

Art. 3º Constituem fundamentos para a atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios na proteção de dados pessoais no âmbito de suas atribuições:

I – o respeito à privacidade, à intimidade, à honra e à imagem;

II – a autodeterminação informativa;

- III – o respeito aos direitos humanos, ao livre desenvolvimento da personalidade, à dignidade;
- IV – o exercício da cidadania pelas pessoas naturais;
- V – a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- VI – a proteção aos direitos fundamentais por meio de medidas preventivas e repressivas a lesões e a ameaças de lesões aos direitos do titular e de coletividades;
- VII – o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VIII – a livre iniciativa, a livre concorrência;
- IX – a defesa do consumidor; e
- X – o respeito aos princípios constitucionais da atividade administrativa.

Seção II Dos Princípios

Art. 4º Esta Resolução adotará, além do previsto no art. 6º da LGPD, os seguintes princípios como vetores para a promoção da proteção de dados pessoais:

- I – proporcionalidade e razoabilidade;
- II – vedação da proteção insuficiente na tutela dos direitos fundamentais;
- III – boa-fé e adequação;
- IV – necessidade e finalidade do tratamento;
- V – segurança e prevenção;
- VI – responsabilização e prestação de contas;
- VII – livre acesso aos dados necessários para a tutela de direitos fundamentais;
- VIII – não discriminação;
- IX – qualidade e integridade dos dados; e
- X – transparência.

Parágrafo único. Em caso de conflito entre os princípios de proteção de dados pessoais e os demais princípios constitucionais, deve-se proceder com ponderação para alcançar a concordância prática entre os princípios envolvidos, observados necessariamente as atribuições constitucionais do MPDFT.

Seção III Dos Direitos do Titular de Dados Pessoais

Art. 5º O Ministério Público, no exercício da atividade de proteção de dados pessoais, deverá se pautar pelo reconhecimento dos direitos de cada titular de dado pessoal.

Art. 6º Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos da legislação aplicável e desta Portaria.

Art. 7º O titular tem direito a obter do controlador, em relação aos seus dados pessoais tratados, mediante requerimento, as seguintes informações:

- I – confirmação da existência de tratamento;
- II – acesso aos dados pessoais;

- III – correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com esta Portaria ou com o disposto na LGPD;
- V – portabilidade dos dados pessoais;
- VI – eliminação dos dados pessoais tratados com o seu consentimento, exceto nas hipóteses necessárias de conservação;
- VII – informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados pessoais;
- VIII – informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento, quando for o caso, e sobre as consequências da negativa; e
- IX – revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD, quando cabível.

Art. 8º O MPDFT adotará as medidas possíveis para garantir o usufruto dos direitos assegurados pela LGPD ao titular dos dados pessoais, bem como por legislação e atos normativos correlatos, informando adequadamente os procedimentos necessários à fruição no sítio eletrônico e nos materiais de divulgação específicos que venha a produzir.

Seção IV Das Prerrogativas do MPDFT

Art. 9º O MPDFT, no exercício regular de suas obrigações, de suas prerrogativas constitucionais e no interesse legítimo da instituição, independentemente do consentimento dos titulares, realizará o tratamento de dados pessoais sempre que necessário à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos e coletivos, bem como às atividades preventivas, persecutórias e de produção de conhecimento imprescindíveis à concretização das obrigações constitucionais e à salvaguarda dos ativos da instituição.

Parágrafo único. No exercício de atividades administrativas não vinculadas diretamente ao exercício de competências legais e constitucionais, o MPDFT deverá obter o consentimento dos titulares para tratar os dados pessoais deles, sempre respeitando a autodeterminação informativa dos envolvidos.

Art. 10. O MPDFT, na defesa dos direitos fundamentais individuais indisponíveis, coletivos e difusos e no desenvolvimento de ações preventivas, no contexto do exercício persecutório estatal e no âmbito do devido processo legal, terá acesso a bancos de dados pessoais de caráter público ou relativos a serviços de relevância pública, bem como a bancos de dados privados, podendo, para tanto, exercitar seu poder de requisição.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Seção I Da Unidade de Proteção de Dados Pessoais

Art. 11. O MPDFT deverá constituir a Unidade de Proteção de Dados Pessoais, estrutura administrativa interna específica para atendimento das diretrizes previstas nesta Portaria e uso e tratamento de dados pessoais.

Parágrafo único. A Unidade será composta, no mínimo, por um membro, que será o encarregado pelo tratamento de dados pessoais, e por um servidor.

Art. 12. Caberá à Unidade de Proteção de Dados Pessoais o desenvolvimento, a execução e o acompanhamento de projeto de governança em proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. O projeto conterà regras de boas práticas e de governança que estabelecerão as condições de organização, os procedimentos — incluindo reclamação e petição de titulares —, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Seção II Do Controlador

Art. 13. O MPDFT, representado pela Procuradoria-Geral de Justiça, é considerado controlador, realizando tratamento de dados pessoais por meio dos membros, servidores e demais colaboradores que integram sua estrutura orgânica.

Art. 14. No âmbito do MPDFT, o controlador é o responsável por determinar o tratamento de dados pessoais, independentemente de eles terem sido obtidos de forma espontânea, por cumprimento de dever legal ou por autorização legal.

Art. 15. Caberá ao controlador:

I – normatizar e deliberar a respeito das regras de tratamento de dados pessoais no âmbito da instituição;

II – expedir instruções de serviço para atendimento das boas práticas estabelecidas na LGPD, em especial quanto a normas de segurança, padrões técnicos e obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento dos dados pessoais;

III – orientar as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais;

IV – aprovar o Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais –RIDP;

V – decidir sobre o uso compartilhado de dados pessoais;

VI – comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados-ANPD, ao CNMP e ao titular de dados pessoais a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares;

VII – implementar programa de governança em privacidade, enviando ao CNMP as informações pertinentes; e

VIII – adotar outras providências necessárias ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. As atribuições previstas nos incisos deste artigo poderão ser delegadas ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

Seção III Do Operador

Art. 16. No âmbito do MPDFT, considera-se operador a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que, sem pertencer aos quadros do Ministério Público, tenha independência jurídica e econômica e realize, por conta e responsabilidade próprias, o tratamento de dados pessoais a mando do controlador.

§ 1º O operador somente poderá tratar os dados pessoais para a finalidade previamente autorizada ou contratada pelo controlador, utilizando-se dos meios de tratamento que, prévia e igualmente, forem autorizados ou contratados pelo controlador.

Art. 17. O MPDFT poderá requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados a fornecedores de produtos, prestadores de serviços ou parceiros, respeitando-se o sigilo e as demais proteções legais.

Parágrafo único. Os fornecedores de produtos, prestadores de serviços e outros parceiros, ao tratarem os dados pessoais a eles confiados, serão considerados operadores e deverão aderir a esta Política e cumprir os deveres legais e contratuais respectivos.

Seção VI

Do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

Art. 18. O encarregado é o membro do MPDFT indicado pelo controlador para atuar como canal de comunicação e interação entre o controlador, os titulares dos dados pessoais e a ANPD, bem como para desempenhar outras funções estabelecidas pela legislação pertinente e por esta Portaria.

Art. 20. São atribuições do encarregado:

I – implementar, capacitar, conscientizar, estabelecer responsabilidades e monitorar a conformidade da atuação da Instituição com a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público e a LGPD;

II – receber e analisar os pedidos encaminhados pelos titulares dos dados pessoais, como reclamações e comunicações;

III – prestar esclarecimentos e adotar providências relacionadas ao tratamento de dados pessoais;

IV – delegar, inclusive para servidores, e supervisionar atribuições que não representem risco relevante a titular de dados pessoais;

V – elaborar, aplicar, e monitorar inventário de dados pessoais que documente como e por que o Ministério Público coleta, compartilha e usa esses dados;

VI – elaborar Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIDP;

VII – informar e emitir recomendação ao controlador e ao operador;

IX – orientar as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais;

X – executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

§ 1º Enquanto não instituída a Unidade de Proteção de Dados, os pedidos de titulares dos dados serão dirigidos ao Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais, que os receberá e, indicando a pertinência temática à proteção de dados pessoais, os encaminhará ao encarregado para análise.

§ 2º O encarregado examinará os pedidos e os encaminhará a Administração Superior.

§ 3º O encarregado comunicará ao titular dos dados a solução adotada pelo controlador.

Art. 21. O encarregado contará com apoio efetivo da Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais para estabelecer regras de segurança, de boas práticas, de governança, e de procedimentos que envolvam proteção de dados pessoais para o adequado desempenho de suas funções.

Seção V

Da Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais

Art. 22. A Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais, órgão colegiado de natureza permanente, integrante do Comitê Estratégico de Inovação e Governança de Dados, será composta por membros e servidores indicados do MPDFT, notadamente por:

- I – encarregado pelo tratamento de dados pessoais, que a coordenará;
- II – Ouvidoria;
- III – Secretaria-Geral;
- IV – Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação;
- V – Coordenadoria de Segurança Institucional;
- VI – Secretaria de Tecnologia da Informação; e
- VII – um membro indicado pelo encarregado de dados pessoais.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Seção I

Do Dado Pessoal

Art. 23. O dado pessoal será protegido e tratado nos termos da presente Portaria, tanto no âmbito da atuação administrativa quanto no da finalística, com as distinções necessárias, respeitando-se, sempre, os princípios previstos no art. 4º e seu respectivo parágrafo único desta Portaria.

Seção II

Do Tratamento de Dados Pessoais

Art. 24. Considera-se tratamento toda operação realizada com dados pessoais, nos termos do inciso X do art. 5º da LGPD.

Art. 25. O tratamento de dados pessoais no âmbito do MPDFT será realizado para o atendimento de finalidade pública, na persecução do interesse público, em todas as áreas internas de atuação, com o objetivo de execução e cumprimento das atribuições, obrigações e prerrogativas legais e constitucionais deste órgão.

Art. 26. No exercício da atividade-fim, o tratamento de dados pessoais sensíveis independe de consentimento do titular, com base no art. 11, II, a, b e d da LGPD, sem prejuízo da observância de outras prescrições de tratamento de dados previstas na legislação processual.

Art. 27. O tratamento dos dados pessoais sensíveis realizado no exercício da atividade administrativa deverá se fundamentar nas hipóteses do art. 11, II, da LGPD, comprovando-se a indispensabilidade do tratamento e a publicidade dada à dispensa de consentimento, na forma do art. 23, I, da LGPD.

Parágrafo único. Os dados pessoais sensíveis de membros, servidores, estagiários e prestadores de serviços deverão ser tratados de acordo com as exceções previstas no art. 11, II e incisos, da

LGPD, e/ou a partir do consentimento dos respectivos titulares, dando-se publicidade à dispensa de consentimento, nos termos do inciso I do art. 23 da LGPD.

Art. 28. O tratamento de dados de criança e adolescente deve se pautar pelo melhor interesse e máxima proteção deles como indivíduos, devendo o MPDFT disponibilizar as informações sobre o tratamento realizado de maneira simples, clara e acessível, proporcionando o pleno entendimento por parte da criança, do adolescente, dos pais e dos responsáveis legais.

§ 1º É vedado o repasse de dados pessoais de criança a terceiro sem o consentimento específico e destacado de um de seus pais ou responsáveis legais, nesta hipótese com a obrigação de o MPDFT realizar esforços razoáveis e tecnologicamente possíveis para verificação da higidez do consentimento fornecido e da veracidade do responsável, mantendo pública a informação acerca dos dados coletados, da forma de sua utilização e dos procedimentos para o pleno exercício dos direitos do titular dos dados, nos termos do art. 14, §2º c/c art. 18 da LGPD.

§2º O tratamento de dados de criança na atividade finalística ou administrativa do MPDFT admite excepcionalmente a dispensa fundamentada do consentimento elencado no art. 14, §1º, da LGPD, quando tal medida for estritamente necessária a proteção e melhor interesse da criança.

Seção III Dos Contratos

Art. 29. Todos os contratos, convênios e atos formais equivalentes a serem celebrados pelo MPDFT deverão trazer definidas, de forma transparente e detalhada, as responsabilidades dos controladores, dos operadores e, quando possível, de eventuais terceiros envolvidos.

Art. 30. Os contratos firmados pelo MPDFT com terceiros serão, gradativamente, adaptados para, no que couber, alinharem-se a esta Política.

Parágrafo único. Os contratos em vigor poderão ser revistos para adequação a esta Política, e, dentro de suas particularidades, serem aditados ou regidos por disciplina própria para a consecução dessa reformulação.

Seção IV Do Inventário e da Custódia de Dados Pessoais

Art. 31. O MPDFT realizará o inventário das bases de dados, abrangendo todos os dados pessoais que estejam sob controle institucional, incluindo aqueles que tenham sido compartilhados, independentemente do modo como se realizou a coleta desses dados.

Art. 32. O inventário de bases de dados pessoais não importa nem autoriza acesso ao seu conteúdo, cabendo às unidades estabelecerem procedimentos específicos para a identificação e classificação de suas bases de dados como sigilosas ou confidenciais.

Seção V Boas Práticas e Governança de Dados Pessoais

Art. 33. O MPDFT adotará boas práticas e governança em segurança da informação visando orientar comportamentos adequados e mitigar os riscos de comprometimento dos dados pessoais tratados em suas atividades finalísticas e administrativas.

Art. 34. Observados a estrutura, a escala, o volume de operações, a sensibilidade dos dados tratados e a probabilidade e a relevância dos danos para os titulares de dados pessoais, a segurança e a prevenção de incidentes de segurança, o programa de governança:

I – estabelecerá políticas internas que assegurem o cumprimento abrangente de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais;

II – será aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob tratamento do MPDFT, independentemente do modo como se realizou a coleta;

III – será adaptado à estrutura, à escala e ao volume das operações, bem como à sensibilidade dos dados pessoais tratados;

IV – estabelecerá políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade;

V – estará integrado à estrutura geral de governança do MPDFT e estabelecerá mecanismos internos e externos de supervisão;

VI – contará com planos de resposta a incidentes e remediação; e

VII – será atualizado constantemente com base em informações obtidas a partir de monitoramento contínuo e avaliações periódicas.

Seção VI Das Técnicas de Sistemas de Informação

Subseção I Da Segurança do Dado Pessoal

Art. 35. No âmbito do Ministério Público, aplicam-se à segurança do dado pessoal, em geral, as regras previstas na Subseção IV, da Resolução CNMP nº 156, de 13 de dezembro de 2016, que trata da segurança da informação.

Parágrafo único. A segurança da informação visa garantir a integridade, o sigilo, a autenticidade, a disponibilidade, o não repúdio e a atualidade do dado, da informação ou do conhecimento.

Art. 36. A Política de Segurança da Informação especifica e determina a adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança para a proteção de dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou incidentes culposos ou dolosos de destruição, perda, adulteração, compartilhamento indevido ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Seção II Dos sítios eletrônicos e sistemas informatizados

Art. 37. Os sítios eletrônicos e sistemas informatizados deverão descrever as hipóteses em que se realiza o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades.

Parágrafo único. Serão disponibilizadas, ainda, informações sobre:

I – as obrigações dos controladores e os direitos dos titulares dos dados pessoais;

II – o encarregado, nos termos do §1º do art. 41 da LGPD;

III – a política de privacidade para navegação no sítio eletrônico;

- IV – a política geral de privacidade e de proteção de dados pessoais do MPDFT; e
- V – o uso de *cookies* ou tecnologia similar pelos sítios e sistemas.

Seção III

Do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIDP)

Art. 38. O controlador elaborará Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIDP) nos processos de tratamento de dados pessoais e na atividade administrativa e finalística que possam gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, em particular:

- I – quando houver risco relevante de infração à legislação de proteção de dados pessoais;
- II – quando ocorrer a adoção de novas tecnologias, serviços ou iniciativas que envolvam o tratamento de dados pessoais;
- III – quando o tratamento implique a formação de perfil comportamental e de atributos personalíssimos da pessoa natural;
- IV – nas hipóteses de tratamento envolvendo dados sensíveis da pessoa natural;
- V – no tratamento de dados pessoais realizado mediante decisões automatizadas;
- VI – no tratamento de dados pessoais referentes a crianças e adolescentes;
- VII – no advento de legislação que implique alteração nas regras de tratamento de dados pessoais; ou

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I, II, III, V, a elaboração do RIDP será obrigatória.

§ 2º Também poderá ser determinada a elaboração de RIDP nos casos de tratamento de dados pessoais em que, após a devida análise de risco, constate-se tratar de grau relevante, hipóteses em que o encarregado sempre deverá ser ouvido.

§ 3º A aferição dos riscos de qualquer tratamento decorre do resultado da realização do inventário de dados pessoais.

§ 4º Tratando-se de aferição de risco não relevante, o RIDP não precisará ser elaborado.

Art. 39. O RIDP deverá conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados pessoais coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos adotados.

Seção XXI

Das Comunicações e da Resposta a Incidentes de Segurança com Dados Pessoais

Art. 40. Todo responsável pelo tratamento de dados pessoais deverá reportar imediatamente ao encarregado, ao gestor da base de dados pessoais e ao órgão de tecnologia da informação competente a ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais, com finalidade de permitir a imediata tomada de medidas de contenção e outras necessárias ao controle e à mitigação do dano, devendo ser informados no comunicado:

- I – a descrição e a natureza dos dados pessoais afetados;
- II – as informações sobre os titulares envolvidos;
- III – as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais, observados os casos de sigilo legal e institucional;

- IV – os riscos relacionados ao incidente;
- V – os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- VI – as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Art. 41. Em qualquer hipótese de incidente de vazamento de dados pessoais, independentemente de sua relevância, o operador deverá comunicar imediatamente ao controlador a sua ocorrência, devendo a comunicação conter as informações indicadas no artigo anterior.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 42. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral de Justiça após ouvir a Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais.

Art. 43. Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 26/01/2023, às 11:17, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0126309** e o código CRC **D5496999**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**PAUTA – 266ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL
01 de fevereiro de 2023, às 14h00**

Vídeo Conferência – Microsoft Teams

(Edifício Sede do MPDFT, Praça do Buriti, Lote 02, 9º Andar, Sala nº 952)

Coordenador

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO

Membro

FRANCISCO LEITE DE OLIVEIRA

Membro

MAURÍCIO SILVA MIRANDA

EXPEDIENTE

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

A. 265ª Sessão Ordinária, de 15 de dezembro de 2022.

2. COMUNICAÇÕES DO COORDENADOR

A. Despacho de expedientes recebidos via sistema TABULARIUM, no mês de dezembro:

- Coordenador: Dr. Antonio Ezequiel de A. Neto: 12 expedientes

- 1º Membro Titular: Dr. Francisco Leite de Oliveira: 0 expediente

- 2º Membro Titular: Dr. Maurício Silva Miranda: 0 expediente



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

ORDEM DO DIA

**PROCESSOS FÍSICOS INTERNOS - ARQUIVAMENTO- RELATORIA DO
DR. ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO**

1.NF nº 08192.168823/2022-57 – NeoGab Extrajudicial

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Envolvido: Antônio Charles Valentim

Assunto: Agressões físicas imputadas a policiais militares contra custodiado

2.NF nº 08192.183824/2022-21 – NeoGab Extrajudicial

Origem: Promotoria de Justiça de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde – PRÓ-VIDA

Envolvidos: Maria José de Souza Feitosa

Marcelo de Sousa Feitosa

Assunto: Habilitação para transplante renal

**PROCESSOS FÍSICOS INTERNOS - ARQUIVAMENTO- RELATORIA DO
DR. ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO - SIGILOS**

1.PA nº 08190.032012/19-07 – SIGILOS

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO

Assunto: Acordo de Colaboração Premiada

Advogadas: Maria Francisca Sofia Nedeff Santos – OAB/PR 77507 e Outra

2.PA nº 08190.000295/20-07 – SIGILOS

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Assunto: Acordo de colaboração Premiada

Advogado: João Sylla Rudge – OAB/RJ 167.483

3.PA nº 08190.137711/19-52–SIGILOSO-Tabularium nº 08191.031398/2021-71

Origem: 3º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – NCAP

Interessado: H. S.F.

Investigado: C. de A. M. e B. dos P. C.D.F.

Assunto: Inquérito Policial. Arquivamento. Alteração de contrato social de empresa para descumprimento de obrigações judiciais.

4.PIC nº 08190.013914/21-32 – SIGILOSO-Tabularium nº 08191.124689/2021-10

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional - NUPRI

Envolvido: W.P. M.

Assunto: Infração penal e ato ímprobo perpetrado por policial militar cedido à administração penitenciária

5.PA nº 08190.000968/22-18- SIGILOSO-Tabularium nº 08191.007358/2022-99

Origem: 1º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial - NCAP

Envolvido: DPCI

Assunto: Controle Externo da Atividade Policial

Conclusão do voto do Relator: Homologação da decisão de arquivamento.

6.NF nº 08192.183824/2022-21 – NeoGab Extrajudicial-SIGILOSO

Origem: Promotoria de Justiça de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde – PRÓ-VIDA

Envolvidos: M. J. de S. F.

M. de S. F.

Assunto: Habilitação para transplante renal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

7.PA nº 08190.032037/19-20 – SIGILOS

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO

Envolvido: F.A. C. J.

Assunto: Acordo de Colaboração Premiada

Advogado: Ricardo Henrique Araújo Pinheiro – OAB/DF 22.800

8.NF nº 08192.172113/2022-21 – NeoGab Extrajudicial- Sigiloso

Origem: Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial - NCAP

Envolvido: B. de A. R.

Assunto: Violação de direito a cela especial – CPP, art. 295, V

9.NF nº 08190.015506/22-88-Tabularium nº 08191.107403/2022-12- SIGILOS

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Assunto: Maus tratos e agressões físicas contra internos do sistema prisional

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP DA –
RELATORIA DO DO DR. FRANCISCO LEITE DE OLIVEIRA – 1o.
MEMBRO TITULAR-SIGILOS**

**1.PJE nº 0705307-23.2022.8.07.0010 do 1ª Vara Criminal e do Tribunal do Júri
de Santa Maria-SIGILOS**

Investigado: S. P. de S.

Vítima: A. C. J. de S.

Incidência Penal: Art. 213 do Código Penal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**PROCESSOS DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE PELO RELATOR
RELATORIA (INC. IV, DO ART. 14 DA RESOLUÇÃO 203/2015 – RICCR e
INCISO X, DO ENUNCIADO 102/2020 DAS CCRCRIM REUNIDAS)**

1.PJE n° 0726053-07.2020.8.07.0001 da 3ª Vara de Entorpecentes do DF

Autor do Fato: Rachel Nunes da Cunha

Vítima: O Estado

Incidência Penal: Art. 33, caput, da Lei n° 11.343/2006

Advogado: Glerysson Moura das Chagas – OAB/DF 39.169 e **Defensor Público:**
Caroline Talgati

**PROCESSOS FÍSICOS DA – RELATORIA DO DR. FRANCISCO LEITE DE
OLIVEIRA – 1o. MEMBRO TITULAR**

1.PA n° 08190.005862/22-66

Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social –
PRODEP

Requerido: Gladson Braga Vaz de Andrade

Assunto: Acordo de Não Persecução Penal

**PROCESSOS FÍSICOS DA – RELATORIA DO DR. FRANCISCO LEITE DE
OLIVEIRA – 1o. MEMBRO TITULAR-SIGILOSO**

1.PA n.º 08190.146975/18-34 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogado: Daniel Andres Raizman – OAB/RJ 171.898



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2.PA n.º 08190.000293/20-73 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: João Sylla Rudge – OAB/RJ 167.483 e Outro

3.PIC n.º 08190.000985/20-67 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Interessados: C. G. S. J. F. de O.

Assunto: Supostos crimes de corrupção passiva e ativa

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP DA –
RELATORIA DO DR. MAURÍCIO SILVA MIRANDA**

**1.PJE n.º 0701351 -48.2021.8.07.0005 da 2ª Vara Criminal e 2º Juizado Espe -
cial Criminal de Planaltina**

Autores do Fato: Andley de Melo Dantas

Jhones da Mata

Jams Araújo Nascimento

Flávio Rocha Afonso

Vítima: Stenio Araújo Corrêa

Incidência Penal: Art. 155, § 4º, II e IV do Código Penal.

Advogados: Naique Fernandes Rabelo – OAB/DF n.º 29.709 e Outros

2.PJE n.º 0715831-82.2022.8.07.0009 da 1ª Vara Criminal de Samambaia

Autor do Fato: Dario José Francisco Rocha

Vítima: O Estado

Incidências Penal: Art. 16, §1º, inciso IV, da Lei n.º 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), art. 329, caput, e art. 147, caput, do Código Penal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

3.PJE nº 0722599-76.2021.8.07.0003 – 3ª Vara Criminal de Ceilândia/DF

Autores do Fato: Bruno Inácio Azevedo

Mércia Inácio Azevedo

Vítima: O Estado

Assunto: Arts. 129, caput, §12, c/c art. 329, caput, e 331, caput, todos do Código Penal

4.PJE nº 0728468-20.2021.8.07.0003 da 4ª Vara Criminal de Ceilândia

Autor do Fato: Cícero Lopes de Carvalho Neto

Vítima: Elivan Barbosa da Silva

Incidência Penal: Art. 180, caput, do Código Penal

Defensores Públicos: Guilherme Lúcio de Moraes e Rodrigo Paschoal e Caldas

PROCESSOS FÍSICOS – ARQUIVAMENTO- RELATORIA DO DR. MAURÍCIO SILVA MIRANDA

1.PA nº 08190.016338/21-30

Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP

Interessado: Jair Braga Rodrigues

Assunto: Acordo de Não Persecução Penal

2.NF n.º 08192.201194/2022-84— NeoGab Extrajudicial

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri de Águas Claras

Vítima: Humberto Carlos Pereira Leite

Envolvido: Luíza Ângela de Souza

Assunto: Denúnciação Caluniosa



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

PROCESSOS FÍSICOS INTERNOS - ARQUIVAMENTO-SIGILOSO

1. PA nº 08190.099450/18-10-Sigiloso

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Lucas Vaz Ferreira Pinto – OAB/SP 358.857 e Outro

2. PA nº 08190.100428/18-01 - Sigiloso

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

3. PA nº 08190.032006/19-04- Sigiloso

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Alexandre Wunderlich – OAB/RS 36.846 e Outros

4. PA nº 08190.100425/18-13 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Lucas Vaz Ferreira Pinto – OAB/SP 358.857 e Outro

5. PA nº 08190.146976/18-05 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Murilo Cobucci Silva Almeida – OAB/RJ 118.141 e Outro



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

6.NF n.º 08192.193453/2022-96– NeoGab Extrajudicial (Sigiloso)

Origem: 3º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial

Interessado: P.C.D.F.

P.M.D.F

Assunto: Apuração de atuação indevida da Polícia Civil do Distrito Federal

7.NF n.º 08192.153803/2022-81– NeoGab Extrajudicial (Sigiloso)

Origem: 2º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial

Interessado: R.R.V.

Assunto: Apuração de ilegalidade cometida por Delegado de Polícia

COMUNICAÇÕES DO COORDENADOR

COMUNICAÇÕES DOS MEMBROS

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO

Coordenador

Procurador de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG N° 86 - PGJ/SG

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n° 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o que consta no Processo SEI n° 19.04.4210.0006258/2022-61

RESOLVE:

Alterar o art. 1º da Portaria n° 1000, de 6 de outubro de 2021, que designa os gestores e fiscais técnicos do Contrato n° 055/SG/MPDFT/2021, que passa a vigorar com o seguinte texto:

"Art. 1º — Designar os servidores **AGENOR GARCIA BRAGA**, matrícula n° 3751, para exercer o encargo de GESTOR, **MARIA FERNANDA DE LIMA E OLIVEIRA JABBUR**, matrícula n° 4121, para exercer o encargo de GESTORA SUBSTITUTA, **PATRÍCIA LITTIG MELO**, matrícula n° 5927, para exercer o encargo de FISCAL TÉCNICA e, **WESLEY SOUSA DO NASCIMENTO**, matrícula n° 4787, para exercer o encargo de FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO, do Contrato n.º 055/SG/MPDFT/2021, firmado com MEGA SOLUÇÕES CIENTÍFICAS E LOCAÇÃO EIRELI, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médico—hospitalares, de diversas marcas e modelos, com substituição de peças mediante ressarcimento, e serviços sob demanda, de acordo com as condições e as especificações deste instrumento e seus anexos e dos anexos do Edital."

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)

RENATO LUQUEIZ SALLES

Secretário-Geral Adjunto do MPDFT



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LUQUEIZ SALLES**, **Secretário(a)-Geral Adjunto**, em 30/01/2023, às 15:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133472** e o código CRC **DA26DA98**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG N° 87 - PGJ/SG

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria n° 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo n° 19.04.3465.0003626/2023-41,

RESOLVE:

Apostilar, a contar de 01/02/2023, a nomeação de **DÉBORA DE SIQUEIRA LABARRÉRE**, matrícula 5926-9, sem vínculo com a Administração Pública, do cargo em comissão de Assessor Jurídico I do Núcleo de Apoio Operacional da Procuradoria-Geral de Justiça, código CC-01 (52001053), para o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 8ª Promotoria de Justiça Criminal da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Ceilândia, código CC-01 (72001066).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
RENATO LUQUEIZ SALLES



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LUQUEIZ SALLES**, Secretário(a)-Geral Adjunto, em 30/01/2023, às 14:53, conforme § 3º do art. 4º do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133571** e o código CRC **9EF35EC9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 88 - PGJ/SG

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo nº 19.04.3400.0003832/2023-13,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar de 01/02/2023, a servidora **VANESCA FERNANDES DE SIQUEIRA**, matrícula 3002-3, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Chefe de Gabinete de Promotoria III da 2ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Brasília II, Guará, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, código FC-03 (90001313), dispensando, em consequência, a servidora **FERNANDA DE MELO SANDES XAVIER FERREIRA**, matrícula 5181-1.

Art. 2º Dispensar, a contar de 01/02/2023, a servidora **VANESCA FERNANDES DE SIQUEIRA**, matrícula 3002-3, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Assistente Chefe de Gabinete de Promotoria II da 9ª Promotoria de Justiça Criminal da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (66001153).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
RENATO LUQUEIZ SALLES



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LUQUEIZ SALLES**, **Secretário(a)-Geral Adjunto**, em 30/01/2023, às 15:23, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133740** e o código CRC **D5D1B07F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 68, DE 25 DE JANEIRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo SEI nº 19.04.4343.0002817/2023-81,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora ANA LUÍSA JORGE MARCONDES, Analista do MPU/Direito, matrícula 3609, para continuar ocupando, no Senado Federal, o cargo em comissão de Assistente Parlamentar Intermediário, AP-10, na Diretoria-Geral, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 3 de novembro de 2022, com fulcro no art. 93, I, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I, §§ 1º, 2º e 5º, da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. A servidora deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112/90.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 16:29, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0130056** e o código CRC **84F4C818**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 74, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

Designa o Promotor de Justiça adjunto TIAGO DIAS MAIA para atuar, a partir de 1º de fevereiro de 2023, no Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos – Ncyber, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003633/2023-46,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Promotor de Justiça adjunto TIAGO DIAS MAIA para atuar, a partir de 1º de fevereiro de 2023, no Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos – Ncyber, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Art. 2º Dispensar, a partir de 1º de fevereiro de 2023, a Promotora de Justiça adjunta STÉPHANY NELLY LOBATO da designação para atuar junto ao Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos – Ncyber, disposta na Portaria PGJ nº 129, de 5 de março de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 15:07, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131913** e o código CRC **FC5E5F3A**.

19.04.3756.0003633/2023-46



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 75, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

Lota, a pedido singular, a contar de 9 de janeiro de 2023, Promotores de Justiça adjuntos da carreira do MPDFT em Promotorias de Justiça de Apoio Operacionais.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO que no Aviso de Remoção Global de Promotoria nº 3, de 24 de novembro de 2022 (Processo SEI nº 19.04.3146.0010413/2022-60), não houve candidatos interessados na remoção para as 6ª, 7ª, 10ª, 27ª, 31ª, 50ª 52ª, 53ª, 54ª, 55ª, 56ª, 57ª, 58ª e 59ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacionais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014 (Lei de Ofícios), determinou a existência de ofícios em número correspondente ao de cargos de membros em todos os níveis das carreiras;

CONSIDERANDO o disposto no art. 212, § 2º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003625/2023-68,

RESOLVE:

Art. 1º Lotar, a pedido singular, a contar de 9 de janeiro de 2023:

I – o Promotor de Justiça adjunto MARCO TÚLIO DO PRADO E PAULO na 27ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

II – o Promotor de Justiça adjunto RODRIGO MAYER MELEO na 10ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

III – a Promotora de Justiça adjunta NICOLE LOPES DE ASSIS na 7ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

IV – a Promotora de Justiça adjunta KAMILLA CAMPOS ALLÃO na 31ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

V – o Promotor de Justiça adjunto MARCELLO SCHWARTZMAN na 6ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

VI – a Promotora de Justiça adjunta BRENDA AISSA MARTINS HENRIQUE na 50ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

VII – o Promotor de Justiça adjunto PEDRO MENDES LUNA na 59ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

VIII – a Promotora de Justiça adjunta MARIA AUGUSTA MARQUES DE ALMEIDA XAVIER DANTAS na 58ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

IX – o Promotor de Justiça adjunto LUCAS VILELA DE FRANÇA FREITAS na 52ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

X – o Promotor de Justiça adjunto BRUNO BARBOSA MATIAS na 57ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XI – a Promotora de Justiça adjunta ALYNE LIMA DE MESQUITA na 54ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XII – o Promotor de Justiça adjunto VINÍCIUS ALMEIDA BERTAIA na 55ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XIII – a Promotora de Justiça adjunta LIA ALMEIDA OLIVEIRA SARAIVA na 53ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional;

XIV – o Promotor de Justiça adjunto DANILO MARTINI DE MORAES PONCIANO DE PAULA na 56ª Promotoria de Justiça de Apoio Operacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 15:07, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131983** e o código CRC **66B9A38A**.

19.04.3756.0003625/2023-68



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 76, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, em razão da alteração de estrutura implementada pela Portaria Normativa PGJ nº 874, de 25 de janeiro de 2023, válida a contar de 1º de fevereiro de 2023,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.5940.0002423/2023-53,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 1º de fevereiro de 2023, o servidor IGOR NEGREIROS JANOT, matrícula 3650-1, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Procuradoria da 18ª Procuradoria de Justiça Criminal, código CC-04 (60010137), exonerando-o, em consequência, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Procuradoria da 15ª Procuradoria de Justiça Criminal, código CC-04 (60010131).

Art. 2º Designar, a contar de 1º de fevereiro de 2023, a servidora CAROLLYNE RIBEIRO DE ATAIDES, matrícula 3058-9, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Jurídico I da 18ª Procuradoria de Justiça Criminal, código FC-02 (60010138), dispensando-a, em consequência, da função de confiança de Assistente Jurídico I da Chefia de Gabinete da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (66001012).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 27/01/2023, às 15:06, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0132064** e o código CRC **B94682AD**.

19.04.5940.0002423/2023-53



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 78, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.1977.0003407/2023-47,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar de 1º de fevereiro de 2023, o servidor THIAGO LOPES CALIL, matrícula 4385-1, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Jurídico I da 2ª Procuradoria de Justiça Criminal Especializada, código FC-02 (60010059), dispensando, em consequência, a servidora ANDRESA CHAGAS DE AZEVEDO, matrícula 3570-0.

Art. 2º Designar, a contar de 1º de fevereiro de 2023, o servidor THIAGO LOPES CALIL, matrícula 4385-1, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da 2ª Procuradoria de Justiça Criminal Especializada, código CC-04 (60010123), dispensando, em consequência, a servidora ANDRESA CHAGAS DE AZEVEDO, matrícula 3570-0.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 14:51, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0132286** e o código CRC **DE47914C**.

19.04.1977.0003407/2023-47



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 79, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

Desonera a 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Planaltina, em relação aos feitos judiciais e audiências, na proporção de 50% da carga de trabalho.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 159, XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGR/MPU nº 88, de 10 de novembro de 2021, que altera o Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 26 de setembro de 2014;

CONSIDERANDO a implantação da Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003212/2023-64,

RESOLVE:

Art. 1º Desonerar a 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Planaltina, em relação aos feitos judiciais e audiências, na proporção de 50% da carga de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2023.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 14:51, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0132318** e o código CRC **33493EFF**.

19.04.3756.0003212/2023-64



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 80, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa Promotores de Justiça integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade da carreira do MPDFT para atuarem em ofícios ministeriais.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o resultado do Aviso de Convocação para Atuação em Procuradoria de Justiça nº 1, de 18 de janeiro de 2023; e

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.3756.0003299/2023-43,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Promotora de Justiça SANDRA ALCIONE SOUZA DE ALBUQUERQUE para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Procuradoria de Justiça Criminal do Distrito Federal.

Art. 2º Designar a Promotora de Justiça LEONORA BRANDÃO MASCARENHAS PASSOS PINHEIRO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Procuradoria de Justiça Cível do Distrito Federal.

Art. 3º Designar o Promotor de Justiça TRAJANO SOUSA DE MELO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 9ª Procuradoria de Justiça Criminal do Distrito Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR**, Procurador-Geral de Justiça, em 30/01/2023, às 18:34, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133186** e o código CRC **96C3C6D5**.

19.04.3756.0003299/2023-43



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 81, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para atuarem em substituição simples em cargos ministeriais.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o resultado do Aviso de Substituição Simples de Promotoria nº 2, de 25 de janeiro de 2023, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0003840/2023-83,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Promotor de Justiça adjunto LUCAS ULHOA SANTOS para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 22 de junho de 2023, na 3ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri de Águas Claras.

Art. 2º Designar a Promotora de Justiça adjunta ANNA CAROLINA SILVA para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Águas Claras.

Art. 3º Designar a Promotora de Justiça adjunta KAMILLA CAMPOS ALLÃO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 9ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília.

Art. 4º Designar o Promotor de Justiça adjunto MARCELLO SCHWARTZMAN para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2023, na 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Ceilândia.

Art. 5º Designar o Promotor de Justiça adjunto VINÍCIUS ALMEIDA BERTAIA para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 19 de maio de 2023, na 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Distrito Federal.

Art. 6º Designar o Promotor de Justiça adjunto MARCO TÚLIO DO PRADO E PAULO para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, na 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Guará.

Art. 7º Designar o Promotor de Justiça adjunto PEDRO MENDES LUNA para officiar, em substituição simples, no período de 1º de fevereiro a 31 de julho de 2023, na 3ª Promotoria de Justiça Criminal do Paranoá.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 18:37, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133190** e o código CRC **47B8DB66**.

19.04.3756.0003840/2023-83



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 106, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa o Procurador de Justiça JOSÉ EDUARDO SABO PAES para officiar em Sessão do Conselho Especial do TJDFT, no dia 31 de janeiro de 2023, no Mandado de Segurança nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

O PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0004037/2023-02,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Procurador de Justiça JOSÉ EDUARDO SABO PAES para officiar na Sessão do Conselho Especial do TJDFT, no dia 31 de janeiro de 2023, nos autos do Agravo do Mandado de Segurança e Instrumento Nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nada data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 18:33, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0134405** e o código CRC **AE2A3E64**.

19.04.3756.0004037/2023-02



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 108, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

Designa a Procuradora de Justiça MARCIA MILHOMENS SIROTHEAU CORREA para officiar em Sessão do Conselho Especial do TJDFT, em 31 de janeiro de 2023, no Mandado de Segurança nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

O PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 19.04.3756.0004037/2023-02,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Procuradora de Justiça MARCIA MILHOMENS SIROTHEAU CORREA para officiar na Sessão do Conselho Especial do TJDFT, em 31 de janeiro de 2023, nos autos do Agravo do Mandado de Segurança e Instrumento Nº 0713546-46.2022.8.07.0000.

Art. 2º Revogar a Portaria PGJ nº 106, de 30 de janeiro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/01/2023, às 20:14, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0134638** e o código CRC **B57F2687**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA NORMATIVA Nº 873, DE 23 DE JANEIRO DE 2023

Institui a Política de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, incisos XX e XXII,

CONSIDERANDO a publicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD; da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet; e do Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, o Regulamento do Marco Civil da Internet;

CONSIDERANDO as Portarias Normativas PGJ nº 640, de 20 de agosto de 2019, e nº 697, de 14 de setembro de 2020, que tratam da adequação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;

CONSIDERANDO que a LGPD estabelece as condições nas quais os dados pessoais podem ser tratados; define um conjunto de direitos para os titulares dos dados; gera obrigações específicas para os controladores dos dados; e cria procedimentos para que haja mais segurança e respeito à autodeterminação informativa dos titulares durante o tratamento dos dados pessoais e o compartilhamento deles com terceiros;

CONSIDERANDO que a LGPD faculta a controladores e operadores o estabelecimento de regras de boas práticas e de governança que instituem condições de organização, regime de funcionamento, procedimentos, normas de segurança, padrões técnicos, obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento de dados pessoais, ações educativas, mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais, adotando programa de governança em privacidade de dados;

CONSIDERANDO a obrigação legal de garantir aos titulares dos dados pessoais (cidadãos, usuários de serviços, crianças, adolescentes, estrangeiros, membros, servidores e colaboradores) os seus direitos;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir normas que estabeleçam de forma clara o tratamento de todos dos usuários dos serviços do MPDFT e de estabelecer diretrizes sobre o tratamento interno de dados pessoais,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de Proteção de Dados Pessoais do MPDFT.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Esta Política define diretrizes para as ações de planejamento e de execução das obrigações funcionais e da gestão administrativa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em prol da proteção de dados pessoais e da autodeterminação informativa da pessoa natural, com os seguintes objetivos:

I – fixar premissas programáticas para que o Ministério Público concretize a tutela do direito fundamental à proteção de dados pessoais por meio de seus órgãos de execução e órgãos administrativos;

II – fomentar a capacitação contínua de membros e servidores quanto à proteção de dados pessoais em diferentes relações sociais e à produção do conhecimento necessário ao manejo de medidas administrativas e judiciais adequadas para a tutela integral de direitos violados ou ameaçados;

III – disseminar a cultura de proteção de dados pessoais, com o objetivo de promover a conscientização sobre os riscos derivados do tratamento indevido ou do não tratamento dos dados pessoais;

IV- disseminar cultura e capacitação para minimização de riscos envolvendo dados pessoais em diferentes ambientes, especialmente tecnológicos;

IV – assegurar que o MPDFT realize o tratamento de dados pessoais conciliando os princípios da publicidade e da eficiência com os da proteção da intimidade e da vida privada da pessoa natural;

V – estabelecer diretrizes que orientarão o aprimoramento contínuo de mecanismos de proteção de dados pessoais, inclusive no que concerne ao planejamento, governança, administração de processos e procedimentos, elaboração de normas, rotinas operacionais, práticas organizacionais, desenvolvimento e gestão de sistemas de informação e relação com a imprensa.

Parágrafo único. O tratamento de dados pessoais pelo MPDFT em seus sistemas e serviços poderá ser regulamentado por atos normativos específicos, de acordo com as devidas particularidades, formulados e interpretados de acordo com os princípios e as diretrizes desta Política.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Seção I

Dos Fundamentos

Art. 3º Constituem fundamentos para a atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios na proteção de dados pessoais no âmbito de suas atribuições:

I – o respeito à privacidade, à intimidade, à honra e à imagem;

II – a autodeterminação informativa;

- III – o respeito aos direitos humanos, ao livre desenvolvimento da personalidade, à dignidade;
- IV – o exercício da cidadania pelas pessoas naturais;
- V – a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- VI – a proteção aos direitos fundamentais por meio de medidas preventivas e repressivas a lesões e a ameaças de lesões aos direitos do titular e de coletividades;
- VII – o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VIII – a livre iniciativa, a livre concorrência;
- IX – a defesa do consumidor; e
- X – o respeito aos princípios constitucionais da atividade administrativa.

Seção II Dos Princípios

Art. 4º Esta Resolução adotará, além do previsto no art. 6º da LGPD, os seguintes princípios como vetores para a promoção da proteção de dados pessoais:

- I – proporcionalidade e razoabilidade;
- II – vedação da proteção insuficiente na tutela dos direitos fundamentais;
- III – boa-fé e adequação;
- IV – necessidade e finalidade do tratamento;
- V – segurança e prevenção;
- VI – responsabilização e prestação de contas;
- VII – livre acesso aos dados necessários para a tutela de direitos fundamentais;
- VIII – não discriminação;
- IX – qualidade e integridade dos dados; e
- X – transparência.

Parágrafo único. Em caso de conflito entre os princípios de proteção de dados pessoais e os demais princípios constitucionais, deve-se proceder com ponderação para alcançar a concordância prática entre os princípios envolvidos, observados necessariamente as atribuições constitucionais do MPDFT.

Seção III Dos Direitos do Titular de Dados Pessoais

Art. 5º O Ministério Público, no exercício da atividade de proteção de dados pessoais, deverá se pautar pelo reconhecimento dos direitos de cada titular de dado pessoal.

Art. 6º Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos da legislação aplicável e desta Portaria.

Art. 7º O titular tem direito a obter do controlador, em relação aos seus dados pessoais tratados, mediante requerimento, as seguintes informações:

- I – confirmação da existência de tratamento;
- II – acesso aos dados pessoais;

- III – correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com esta Portaria ou com o disposto na LGPD;
- V – portabilidade dos dados pessoais;
- VI – eliminação dos dados pessoais tratados com o seu consentimento, exceto nas hipóteses necessárias de conservação;
- VII – informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados pessoais;
- VIII – informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento, quando for o caso, e sobre as consequências da negativa; e
- IX – revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD, quando cabível.

Art. 8º O MPDFT adotará as medidas possíveis para garantir o usufruto dos direitos assegurados pela LGPD ao titular dos dados pessoais, bem como por legislação e atos normativos correlatos, informando adequadamente os procedimentos necessários à fruição no sítio eletrônico e nos materiais de divulgação específicos que venha a produzir.

Seção IV Das Prerrogativas do MPDFT

Art. 9º O MPDFT, no exercício regular de suas obrigações, de suas prerrogativas constitucionais e no interesse legítimo da instituição, independentemente do consentimento dos titulares, realizará o tratamento de dados pessoais sempre que necessário à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos e coletivos, bem como às atividades preventivas, persecutórias e de produção de conhecimento imprescindíveis à concretização das obrigações constitucionais e à salvaguarda dos ativos da instituição.

Parágrafo único. No exercício de atividades administrativas não vinculadas diretamente ao exercício de competências legais e constitucionais, o MPDFT deverá obter o consentimento dos titulares para tratar os dados pessoais deles, sempre respeitando a autodeterminação informativa dos envolvidos.

Art. 10. O MPDFT, na defesa dos direitos fundamentais individuais indisponíveis, coletivos e difusos e no desenvolvimento de ações preventivas, no contexto do exercício persecutório estatal e no âmbito do devido processo legal, terá acesso a bancos de dados pessoais de caráter público ou relativos a serviços de relevância pública, bem como a bancos de dados privados, podendo, para tanto, exercitar seu poder de requisição.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Seção I Da Unidade de Proteção de Dados Pessoais

Art. 11. O MPDFT deverá constituir a Unidade de Proteção de Dados Pessoais, estrutura administrativa interna específica para atendimento das diretrizes previstas nesta Portaria e uso e tratamento de dados pessoais.

Parágrafo único. A Unidade será composta, no mínimo, por um membro, que será o encarregado pelo tratamento de dados pessoais, e por um servidor.

Art. 12. Caberá à Unidade de Proteção de Dados Pessoais o desenvolvimento, a execução e o acompanhamento de projeto de governança em proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. O projeto conterà regras de boas práticas e de governança que estabelecerão as condições de organização, os procedimentos — incluindo reclamação e petição de titulares —, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Seção II Do Controlador

Art. 13. O MPDFT, representado pela Procuradoria-Geral de Justiça, é considerado controlador, realizando tratamento de dados pessoais por meio dos membros, servidores e demais colaboradores que integram sua estrutura orgânica.

Art. 14. No âmbito do MPDFT, o controlador é o responsável por determinar o tratamento de dados pessoais, independentemente de eles terem sido obtidos de forma espontânea, por cumprimento de dever legal ou por autorização legal.

Art. 15. Caberá ao controlador:

I – normatizar e deliberar a respeito das regras de tratamento de dados pessoais no âmbito da instituição;

II – expedir instruções de serviço para atendimento das boas práticas estabelecidas na LGPD, em especial quanto a normas de segurança, padrões técnicos e obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento dos dados pessoais;

III – orientar as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais;

IV – aprovar o Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais –RIDP;

V – decidir sobre o uso compartilhado de dados pessoais;

VI – comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados-ANPD, ao CNMP e ao titular de dados pessoais a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares;

VII – implementar programa de governança em privacidade, enviando ao CNMP as informações pertinentes; e

VIII – adotar outras providências necessárias ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. As atribuições previstas nos incisos deste artigo poderão ser delegadas ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

Seção III Do Operador

Art. 16. No âmbito do MPDFT, considera-se operador a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que, sem pertencer aos quadros do Ministério Público, tenha independência jurídica e econômica e realize, por conta e responsabilidade próprias, o tratamento de dados pessoais a mando do controlador.

§ 1º O operador somente poderá tratar os dados pessoais para a finalidade previamente autorizada ou contratada pelo controlador, utilizando-se dos meios de tratamento que, prévia e igualmente, forem autorizados ou contratados pelo controlador.

Art. 17. O MPDFT poderá requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados a fornecedores de produtos, prestadores de serviços ou parceiros, respeitando-se o sigilo e as demais proteções legais.

Parágrafo único. Os fornecedores de produtos, prestadores de serviços e outros parceiros, ao tratarem os dados pessoais a eles confiados, serão considerados operadores e deverão aderir a esta Política e cumprir os deveres legais e contratuais respectivos.

Seção VI

Do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

Art. 18. O encarregado é o membro do MPDFT indicado pelo controlador para atuar como canal de comunicação e interação entre o controlador, os titulares dos dados pessoais e a ANPD, bem como para desempenhar outras funções estabelecidas pela legislação pertinente e por esta Portaria.

Art. 20. São atribuições do encarregado:

I – implementar, capacitar, conscientizar, estabelecer responsabilidades e monitorar a conformidade da atuação da Instituição com a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público e a LGPD;

II – receber e analisar os pedidos encaminhados pelos titulares dos dados pessoais, como reclamações e comunicações;

III – prestar esclarecimentos e adotar providências relacionadas ao tratamento de dados pessoais;

IV – delegar, inclusive para servidores, e supervisionar atribuições que não representem risco relevante a titular de dados pessoais;

V – elaborar, aplicar, e monitorar inventário de dados pessoais que documente como e por que o Ministério Público coleta, compartilha e usa esses dados;

VI – elaborar Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIDP;

VII – informar e emitir recomendação ao controlador e ao operador;

IX – orientar as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais;

X – executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

§ 1º Enquanto não instituída a Unidade de Proteção de Dados, os pedidos de titulares dos dados serão dirigidos ao Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais, que os receberá e, indicando a pertinência temática à proteção de dados pessoais, os encaminhará ao encarregado para análise.

§ 2º O encarregado examinará os pedidos e os encaminhará a Administração Superior.

§ 3º O encarregado comunicará ao titular dos dados a solução adotada pelo controlador.

Art. 21. O encarregado contará com apoio efetivo da Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais para estabelecer regras de segurança, de boas práticas, de governança, e de procedimentos que envolvam proteção de dados pessoais para o adequado desempenho de suas funções.

Seção V

Da Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais

Art. 22. A Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais, órgão colegiado de natureza permanente, integrante do Comitê Estratégico de Inovação e Governança de Dados, será composta por membros e servidores indicados do MPDFT, notadamente por:

- I – encarregado pelo tratamento de dados pessoais, que a coordenará;
- II – Ouvidoria;
- III – Secretaria-Geral;
- IV – Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação;
- V – Coordenadoria de Segurança Institucional;
- VI – Secretaria de Tecnologia da Informação; e
- VII – um membro indicado pelo encarregado de dados pessoais.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Seção I

Do Dado Pessoal

Art. 23. O dado pessoal será protegido e tratado nos termos da presente Portaria, tanto no âmbito da atuação administrativa quanto no da finalística, com as distinções necessárias, respeitando-se, sempre, os princípios previstos no art. 4º e seu respectivo parágrafo único desta Portaria.

Seção II

Do Tratamento de Dados Pessoais

Art. 24. Considera-se tratamento toda operação realizada com dados pessoais, nos termos do inciso X do art. 5º da LGPD.

Art. 25. O tratamento de dados pessoais no âmbito do MPDFT será realizado para o atendimento de finalidade pública, na persecução do interesse público, em todas as áreas internas de atuação, com o objetivo de execução e cumprimento das atribuições, obrigações e prerrogativas legais e constitucionais deste órgão.

Art. 26. No exercício da atividade-fim, o tratamento de dados pessoais sensíveis independe de consentimento do titular, com base no art. 11, II, a, b e d da LGPD, sem prejuízo da observância de outras prescrições de tratamento de dados previstas na legislação processual.

Art. 27. O tratamento dos dados pessoais sensíveis realizado no exercício da atividade administrativa deverá se fundamentar nas hipóteses do art. 11, II, da LGPD, comprovando-se a indispensabilidade do tratamento e a publicidade dada à dispensa de consentimento, na forma do art. 23, I, da LGPD.

Parágrafo único. Os dados pessoais sensíveis de membros, servidores, estagiários e prestadores de serviços deverão ser tratados de acordo com as exceções previstas no art. 11, II e incisos, da

LGPD, e/ou a partir do consentimento dos respectivos titulares, dando-se publicidade à dispensa de consentimento, nos termos do inciso I do art. 23 da LGPD.

Art. 28. O tratamento de dados de criança e adolescente deve se pautar pelo melhor interesse e máxima proteção deles como indivíduos, devendo o MPDFT disponibilizar as informações sobre o tratamento realizado de maneira simples, clara e acessível, proporcionando o pleno entendimento por parte da criança, do adolescente, dos pais e dos responsáveis legais.

§ 1º É vedado o repasse de dados pessoais de criança a terceiro sem o consentimento específico e destacado de um de seus pais ou responsáveis legais, nesta hipótese com a obrigação de o MPDFT realizar esforços razoáveis e tecnologicamente possíveis para verificação da higidez do consentimento fornecido e da veracidade do responsável, mantendo pública a informação acerca dos dados coletados, da forma de sua utilização e dos procedimentos para o pleno exercício dos direitos do titular dos dados, nos termos do art. 14, §2º c/c art. 18 da LGPD.

§2º O tratamento de dados de criança na atividade finalística ou administrativa do MPDFT admite excepcionalmente a dispensa fundamentada do consentimento elencado no art. 14, §1º, da LGPD, quando tal medida for estritamente necessária a proteção e melhor interesse da criança.

Seção III Dos Contratos

Art. 29. Todos os contratos, convênios e atos formais equivalentes a serem celebrados pelo MPDFT deverão trazer definidas, de forma transparente e detalhada, as responsabilidades dos controladores, dos operadores e, quando possível, de eventuais terceiros envolvidos.

Art. 30. Os contratos firmados pelo MPDFT com terceiros serão, gradativamente, adaptados para, no que couber, alinharem-se a esta Política.

Parágrafo único. Os contratos em vigor poderão ser revistos para adequação a esta Política, e, dentro de suas particularidades, serem aditados ou regidos por disciplina própria para a consecução dessa reformulação.

Seção IV Do Inventário e da Custódia de Dados Pessoais

Art. 31. O MPDFT realizará o inventário das bases de dados, abrangendo todos os dados pessoais que estejam sob controle institucional, incluindo aqueles que tenham sido compartilhados, independentemente do modo como se realizou a coleta desses dados.

Art. 32. O inventário de bases de dados pessoais não importa nem autoriza acesso ao seu conteúdo, cabendo às unidades estabelecerem procedimentos específicos para a identificação e classificação de suas bases de dados como sigilosas ou confidenciais.

Seção V Boas Práticas e Governança de Dados Pessoais

Art. 33. O MPDFT adotará boas práticas e governança em segurança da informação visando orientar comportamentos adequados e mitigar os riscos de comprometimento dos dados pessoais tratados em suas atividades finalísticas e administrativas.

Art. 34. Observados a estrutura, a escala, o volume de operações, a sensibilidade dos dados tratados e a probabilidade e a relevância dos danos para os titulares de dados pessoais, a segurança e a prevenção de incidentes de segurança, o programa de governança:

I – estabelecerá políticas internas que assegurem o cumprimento abrangente de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais;

II – será aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob tratamento do MPDFT, independentemente do modo como se realizou a coleta;

III – será adaptado à estrutura, à escala e ao volume das operações, bem como à sensibilidade dos dados pessoais tratados;

IV – estabelecerá políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade;

V – estará integrado à estrutura geral de governança do MPDFT e estabelecerá mecanismos internos e externos de supervisão;

VI – contará com planos de resposta a incidentes e remediação; e

VII – será atualizado constantemente com base em informações obtidas a partir de monitoramento contínuo e avaliações periódicas.

Seção VI Das Técnicas de Sistemas de Informação

Subseção I Da Segurança do Dado Pessoal

Art. 35. No âmbito do Ministério Público, aplicam-se à segurança do dado pessoal, em geral, as regras previstas na Subseção IV, da Resolução CNMP nº 156, de 13 de dezembro de 2016, que trata da segurança da informação.

Parágrafo único. A segurança da informação visa garantir a integridade, o sigilo, a autenticidade, a disponibilidade, o não repúdio e a atualidade do dado, da informação ou do conhecimento.

Art. 36. A Política de Segurança da Informação especifica e determina a adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança para a proteção de dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou incidentes culposos ou dolosos de destruição, perda, adulteração, compartilhamento indevido ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Seção II Dos sítios eletrônicos e sistemas informatizados

Art. 37. Os sítios eletrônicos e sistemas informatizados deverão descrever as hipóteses em que se realiza o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades.

Parágrafo único. Serão disponibilizadas, ainda, informações sobre:

I – as obrigações dos controladores e os direitos dos titulares dos dados pessoais;

II – o encarregado, nos termos do §1º do art. 41 da LGPD;

III – a política de privacidade para navegação no sítio eletrônico;

- IV – a política geral de privacidade e de proteção de dados pessoais do MPDFT; e
- V – o uso de *cookies* ou tecnologia similar pelos sítios e sistemas.

Seção III

Do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIDP)

Art. 38. O controlador elaborará Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIDP) nos processos de tratamento de dados pessoais e na atividade administrativa e finalística que possam gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, em particular:

- I – quando houver risco relevante de infração à legislação de proteção de dados pessoais;
- II – quando ocorrer a adoção de novas tecnologias, serviços ou iniciativas que envolvam o tratamento de dados pessoais;
- III – quando o tratamento implique a formação de perfil comportamental e de atributos personalíssimos da pessoa natural;
- IV – nas hipóteses de tratamento envolvendo dados sensíveis da pessoa natural;
- V – no tratamento de dados pessoais realizado mediante decisões automatizadas;
- VI – no tratamento de dados pessoais referentes a crianças e adolescentes;
- VII – no advento de legislação que implique alteração nas regras de tratamento de dados pessoais; ou

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I, II, III, V, a elaboração do RIDP será obrigatória.

§ 2º Também poderá ser determinada a elaboração de RIDP nos casos de tratamento de dados pessoais em que, após a devida análise de risco, constate-se tratar de grau relevante, hipóteses em que o encarregado sempre deverá ser ouvido.

§ 3º A aferição dos riscos de qualquer tratamento decorre do resultado da realização do inventário de dados pessoais.

§ 4º Tratando-se de aferição de risco não relevante, o RIDP não precisará ser elaborado.

Art. 39. O RIDP deverá conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados pessoais coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos adotados.

Seção XXI

Das Comunicações e da Resposta a Incidentes de Segurança com Dados Pessoais

Art. 40. Todo responsável pelo tratamento de dados pessoais deverá reportar imediatamente ao encarregado, ao gestor da base de dados pessoais e ao órgão de tecnologia da informação competente a ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais, com finalidade de permitir a imediata tomada de medidas de contenção e outras necessárias ao controle e à mitigação do dano, devendo ser informados no comunicado:

- I – a descrição e a natureza dos dados pessoais afetados;
- II – as informações sobre os titulares envolvidos;
- III – as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais, observados os casos de sigilo legal e institucional;

- IV – os riscos relacionados ao incidente;
- V – os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- VI – as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Art. 41. Em qualquer hipótese de incidente de vazamento de dados pessoais, independentemente de sua relevância, o operador deverá comunicar imediatamente ao controlador a sua ocorrência, devendo a comunicação conter as informações indicadas no artigo anterior.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 42. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral de Justiça após ouvir a Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais.

Art. 43. Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 26/01/2023, às 11:17, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0126309** e o código CRC **D5496999**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**PAUTA – 266ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL
01 de fevereiro de 2023, às 14h00**

Vídeo Conferência – Microsoft Teams

(Edifício Sede do MPDFT, Praça do Buriti, Lote 02, 9º Andar, Sala nº 952)

Coordenador

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO

Membro

FRANCISCO LEITE DE OLIVEIRA

Membro

MAURÍCIO SILVA MIRANDA

EXPEDIENTE

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

A. 265ª Sessão Ordinária, de 15 de dezembro de 2022.

2. COMUNICAÇÕES DO COORDENADOR

A. Despacho de expedientes recebidos via sistema TABULARIUM, no mês de dezembro:

- Coordenador: Dr. Antonio Ezequiel de A. Neto: 12 expedientes

- 1º Membro Titular: Dr. Francisco Leite de Oliveira: 0 expediente

- 2º Membro Titular: Dr. Maurício Silva Miranda: 0 expediente



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

ORDEM DO DIA

**PROCESSOS FÍSICOS INTERNOS - ARQUIVAMENTO- RELATORIA DO
DR. ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO**

1.NF nº 08192.168823/2022-57 – NeoGab Extrajudicial

Origem: 1ª Promotoria de Justiça Militar

Envolvido: Antônio Charles Valentim

Assunto: Agressões físicas imputadas a policiais militares contra custodiado

2.NF nº 08192.183824/2022-21 – NeoGab Extrajudicial

Origem: Promotoria de Justiça de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde – PRÓ-VIDA

Envolvidos: Maria José de Souza Feitosa

Marcelo de Sousa Feitosa

Assunto: Habilitação para transplante renal

**PROCESSOS FÍSICOS INTERNOS - ARQUIVAMENTO- RELATORIA DO
DR. ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO - SIGILOS**

1.PA nº 08190.032012/19-07 – SIGILOS

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO

Assunto: Acordo de Colaboração Premiada

Advogadas: Maria Francisca Sofia Nedeff Santos – OAB/PR 77507 e Outra

2.PA nº 08190.000295/20-07 – SIGILOS

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Assunto: Acordo de colaboração Premiada

Advogado: João Sylla Rudge – OAB/RJ 167.483

3.PA nº 08190.137711/19-52–SIGILOSO-Tabularium nº 08191.031398/2021-71

Origem: 3º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – NCAP

Interessado: H. S.F.

Investigado: C. de A. M. e B. dos P. C.D.F.

Assunto: Inquérito Policial. Arquivamento. Alteração de contrato social de empresa para descumprimento de obrigações judiciais.

4.PIC nº 08190.013914/21-32 – SIGILOSO-Tabularium nº 08191.124689/2021-10

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional - NUPRI

Envolvido: W.P. M.

Assunto: Infração penal e ato ímprobo perpetrado por policial militar cedido à administração penitenciária

5.PA nº 08190.000968/22-18- SIGILOSO-Tabularium nº 08191.007358/2022-99

Origem: 1º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial - NCAP

Envolvido: DPCI

Assunto: Controle Externo da Atividade Policial

Conclusão do voto do Relator: Homologação da decisão de arquivamento.

6.NF nº 08192.183824/2022-21 – NeoGab Extrajudicial-SIGILOSO

Origem: Promotoria de Justiça de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde – PRÓ-VIDA

Envolvidos: M. J. de S. F.

M. de S. F.

Assunto: Habilitação para transplante renal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

7.PA nº 08190.032037/19-20 – SIGILOS

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO

Envolvido: F.A. C. J.

Assunto: Acordo de Colaboração Premiada

Advogado: Ricardo Henrique Araújo Pinheiro – OAB/DF 22.800

8.NF nº 08192.172113/2022-21 – NeoGab Extrajudicial- Sigiloso

Origem: Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial - NCAP

Envolvido: B. de A. R.

Assunto: Violação de direito a cela especial – CPP, art. 295, V

9.NF nº 08190.015506/22-88-Tabularium nº 08191.107403/2022-12- SIGILOS

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Assunto: Maus tratos e agressões físicas contra internos do sistema prisional

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP DA –
RELATORIA DO DO DR. FRANCISCO LEITE DE OLIVEIRA – 1o.
MEMBRO TITULAR-SIGILOS

1.PJE nº 0705307-23.2022.8.07.0010 do 1ª Vara Criminal e do Tribunal do Júri de Santa Maria-SIGILOS

Investigado: S. P. de S.

Vítima: A. C. J. de S.

Incidência Penal: Art. 213 do Código Penal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**PROCESSOS DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE PELO RELATOR
RELATORIA (INC. IV, DO ART. 14 DA RESOLUÇÃO 203/2015 – RICCR e
INCISO X, DO ENUNCIADO 102/2020 DAS CCRCRIM REUNIDAS)**

1.PJE n° 0726053-07.2020.8.07.0001 da 3ª Vara de Entorpecentes do DF

Autor do Fato: Rachel Nunes da Cunha

Vítima: O Estado

Incidência Penal: Art. 33, caput, da Lei n° 11.343/2006

Advogado: Glerysson Moura das Chagas – OAB/DF 39.169 e **Defensor Público:**
Caroline Talgati

**PROCESSOS FÍSICOS DA – RELATORIA DO DR. FRANCISCO LEITE DE
OLIVEIRA – 1o. MEMBRO TITULAR**

1.PA n° 08190.005862/22-66

Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social –
PRODEP

Requerido: Gladson Braga Vaz de Andrade

Assunto: Acordo de Não Persecução Penal

**PROCESSOS FÍSICOS DA – RELATORIA DO DR. FRANCISCO LEITE DE
OLIVEIRA – 1o. MEMBRO TITULAR-SIGILOSO**

1.PA n.º 08190.146975/18-34 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogado: Daniel Andres Raizman – OAB/RJ 171.898



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2.PA n.º 08190.000293/20-73 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: João Sylla Rudge – OAB/RJ 167.483 e Outro

3.PIC n.º 08190.000985/20-67 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Interessados: C. G. S. J. F. de O.

Assunto: Supostos crimes de corrupção passiva e ativa

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP DA –
RELATORIA DO DR. MAURÍCIO SILVA MIRANDA**

**1.PJE n.º 0701351 -48.2021.8.07.0005 da 2ª Vara Criminal e 2º Juizado Espe -
cial Criminal de Planaltina**

Autores do Fato: Andley de Melo Dantas

Jhones da Mata

Jams Araújo Nascimento

Flávio Rocha Afonso

Vítima: Stenio Araújo Corrêa

Incidência Penal: Art. 155, § 4º, II e IV do Código Penal.

Advogados: Naique Fernandes Rabelo – OAB/DF n.º 29.709 e Outros

2.PJE n.º 0715831-82.2022.8.07.0009 da 1ª Vara Criminal de Samambaia

Autor do Fato: Dario José Francisco Rocha

Vítima: O Estado

Incidências Penal: Art. 16, §1º, inciso IV, da Lei n.º 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), art. 329, caput, e art. 147, caput, do Código Penal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

3.PJE nº 0722599-76.2021.8.07.0003 – 3ª Vara Criminal de Ceilândia/DF

Autores do Fato: Bruno Inácio Azevedo

Mércia Inácio Azevedo

Vítima: O Estado

Assunto: Arts. 129, caput, §12, c/c art. 329, caput, e 331, caput, todos do Código Penal

4.PJE nº 0728468-20.2021.8.07.0003 da 4ª Vara Criminal de Ceilândia

Autor do Fato: Cícero Lopes de Carvalho Neto

Vítima: Elivan Barbosa da Silva

Incidência Penal: Art. 180, caput, do Código Penal

Defensores Públicos: Guilherme Lúcio de Moraes e Rodrigo Paschoal e Caldas

PROCESSOS FÍSICOS – ARQUIVAMENTO- RELATORIA DO DR. MAURÍCIO SILVA MIRANDA

1.PA nº 08190.016338/21-30

Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP

Interessado: Jair Braga Rodrigues

Assunto: Acordo de Não Persecução Penal

2.NF n.º 08192.201194/2022-84— NeoGab Extrajudicial

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri de Águas Claras

Vítima: Humberto Carlos Pereira Leite

Envolvido: Luíza Ângela de Souza

Assunto: Denúncia Caluniosa



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

PROCESSOS FÍSICOS INTERNOS - ARQUIVAMENTO-SIGILOSO

1. PA nº 08190.099450/18-10-Sigiloso

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Lucas Vaz Ferreira Pinto – OAB/SP 358.857 e Outro

2. PA nº 08190.100428/18-01 - Sigiloso

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

3. PA nº 08190.032006/19-04- Sigiloso

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Alexandre Wunderlich – OAB/RS 36.846 e Outros

4. PA nº 08190.100425/18-13 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Lucas Vaz Ferreira Pinto – OAB/SP 358.857 e Outro

5. PA nº 08190.146976/18-05 (Sigiloso)

Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO

Assunto: Acordo de colaboração premiada

Advogados: Murilo Cobucci Silva Almeida – OAB/RJ 118.141 e Outro



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

6.NF n.º 08192.193453/2022-96– NeoGab Extrajudicial (Sigiloso)

Origem: 3º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial

Interessado: P.C.D.F.

P.M.D.F

Assunto: Apuração de atuação indevida da Polícia Civil do Distrito Federal

7.NF n.º 08192.153803/2022-81– NeoGab Extrajudicial (Sigiloso)

Origem: 2º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial

Interessado: R.R.V.

Assunto: Apuração de ilegalidade cometida por Delegado de Polícia

COMUNICAÇÕES DO COORDENADOR

COMUNICAÇÕES DOS MEMBROS

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO

Coordenador

Procurador de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 86 - PGJ/SG

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o que consta no Processo SEI nº 19.04.4210.0006258/2022-61

RESOLVE:

Alterar o art. 1º da Portaria nº 1000, de 6 de outubro de 2021, que designa os gestores e fiscais técnicos do Contrato nº 055/SG/MPDFT/2021, que passa a vigorar com o seguinte texto:

"Art. 1º — Designar os servidores **AGENOR GARCIA BRAGA**, matrícula nº 3751, para exercer o encargo de GESTOR, **MARIA FERNANDA DE LIMA E OLIVEIRA JABUR**, matrícula nº 4121, para exercer o encargo de GESTORA SUBSTITUTA, **PATRÍCIA LITTIG MELO**, matrícula nº 5927, para exercer o encargo de FISCAL TÉCNICA e, **WESLEY SOUSA DO NASCIMENTO**, matrícula nº 4787, para exercer o encargo de FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO, do Contrato n.º 055/SG/MPDFT/2021, firmado com MEGA SOLUÇÕES CIENTÍFICAS E LOCAÇÃO EIRELI, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médico—hospitalares, de diversas marcas e modelos, com substituição de peças mediante ressarcimento, e serviços sob demanda, de acordo com as condições e as especificações deste instrumento e seus anexos e dos anexos do Edital."

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)

RENATO LUQUEIZ SALLES

Secretário-Geral Adjunto do MPDFT



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LUQUEIZ SALLES**, Secretário(a)-Geral Adjunto, em 30/01/2023, às 15:41, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133472** e o código CRC **DA26DA98**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG N° 87 - PGJ/SG

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria n° 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo n° 19.04.3465.0003626/2023-41,

RESOLVE:

Apostilar, a contar de 01/02/2023, a nomeação de **DÉBORA DE SIQUEIRA LABARRÉRE**, matrícula 5926-9, sem vínculo com a Administração Pública, do cargo em comissão de Assessor Jurídico I do Núcleo de Apoio Operacional da Procuradoria-Geral de Justiça, código CC-01 (52001053), para o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 8ª Promotoria de Justiça Criminal da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Ceilândia, código CC-01 (72001066).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
RENATO LUQUEIZ SALLES



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LUQUEIZ SALLES**, Secretário(a)-Geral Adjunto, em 30/01/2023, às 14:53, conforme § 3º do art. 4º do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133571** e o código CRC **9EF35EC9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 88 - PGJ/SG

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo nº 19.04.3400.0003832/2023-13,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar de 01/02/2023, a servidora **VANESCA FERNANDES DE SIQUEIRA**, matrícula 3002-3, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Chefe de Gabinete de Promotoria III da 2ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Brasília II, Guará, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, código FC-03 (90001313), dispensando, em consequência, a servidora **FERNANDA DE MELO SANDES XAVIER FERREIRA**, matrícula 5181-1.

Art. 2º Dispensar, a contar de 01/02/2023, a servidora **VANESCA FERNANDES DE SIQUEIRA**, matrícula 3002-3, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Assistente Chefe de Gabinete de Promotoria II da 9ª Promotoria de Justiça Criminal da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (66001153).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado Eletronicamente)
RENATO LUQUEIZ SALLES



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LUQUEIZ SALLES**, **Secretário(a)-Geral Adjunto**, em 30/01/2023, às 15:23, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133740** e o código CRC **D5D1B07F**.

Sumário

Capa	p. 1
Procuradoria-Geral de Justiça	p. 2
Portaria 0068/2023	p. 2
Portaria 0074/2023	p. 3
Portaria 0075/2023	p. 5
Portaria 0076/2023	p. 7
Portaria 0078/2023	p. 9
Portaria 0079/2023	p. 10
Portaria 0080/2023	p. 12
Portaria 0081/2023	p. 14
Portaria 0106/2023	p. 16
Portaria 0108/2023	p. 17
Portaria Normativa 0873/2023.....	p. 18
Pautas de Julgamento 266-2.....	p. 29
Portaria 86/2023.....	p. 38
Portaria 87/2023.....	p. 39
Portaria 88/2023.....	p. 40
Câmaras de Coordenação e Revisão.....	p. 41
Portaria 0068/2023	p. 41
Portaria 0074/2023	p. 42
Portaria 0075/2023	p. 44
Portaria 0076/2023	p. 46
Portaria 0078/2023	p. 48
Portaria 0079/2023	p. 49
Portaria 0080/2023	p. 51
Portaria 0081/2023	p. 53
Portaria 0106/2023	p. 55
Portaria 0108/2023.....	p. 56
Portaria Normativa 0873/2023.....	p. 57
Pautas de Julgamento 266-2.....	p. 68
Portaria 86/2023.....	p. 77
Portaria 87/2023.....	p. 78
Portaria 88/2023.....	p. 79
Secretaria-Geral.....	p. 80

Portaria 0068/2023	p. 80
Portaria 0074/2023	p. 81
Portaria 0075/2023	p. 83
Portaria 0076/2023	p. 85
Portaria 0078/2023	p. 87
Portaria 0079/2023	p. 88
Portaria 0080/2023	p. 90
Portaria 0081/2023	p. 92
Portaria 0106/2023	p. 94
Portaria 0108/2023	p. 95
Portaria Normativa 0873/2023.....	p. 96
Pautas de Julgamento 266-2.....	p. 107
Portaria 86/2023	p. 116
Portaria 87/2023	p. 117
Portaria 88/2023	p. 118
Sumário.....	p. 119